

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ - CEST
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**EM BUSCA DA MÃO DE OBRA INDÍGENA: DOMINAÇÃO EUROPEIA NA
AMÉRICA PORTUGUESA**

TEFÉ
2020

MICIEL BENTES CABRAL

**EM BUSCA DA MÃO DE OBRA INDÍGENA: DOMINAÇÃO EUROPEIA NA
AMÉRICA PORTUGUESA**

Monografia apresentada ao Curso de História do
Centro de Estudo Superiores de Tefé da
Universidade do Estado do Amazonas, para
obtenção do grau de Licenciados em História.

Orientador: Prof.º Dr. Luciano Everton Costa Teles

**TEFÉ
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA

CABRAL, Miciel Bentes

Em busca da mão de obra indígena: Dominação europeia na América Portuguesa./Miciel Bentes Cabral. Universidade do Estado do Amazonas – Centro de Estudos Superiores de Tefé – CESTE/UEA. Tefé/AM, 2020.

63 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2020.

1. América Portuguesa. Indígenas 3. Europeu 4. Colonização

MICIEL BENTES CABRAL

EM BUSCA DA MÃO DE OBRA INDÍGENA: DOMINAÇÃO EUROPEIA NA AMÉRICA
PORTUGUESA.

Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História para obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em História na Universidade do Estado do Amazonas – UEA e Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles (Orientador)
(UEA)

Prof.^a. Me. Denir Silva de Souza (Membro)
(SEDUC/AM)

Prof. Dr. Yomarley Lopes Holanda (Membro)
(UEA)

Conceito: _____

Tefé/AM, ____ de _____ de 2020.

Para mim o mundo é uma espécie de enigma constantemente renovado. Cada vez que olho estou sempre a ver as coisas pela primeira vez. O mundo tem muito mais para me dizer do que aquilo que sou capaz de entender.

(José Saramago)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa de conclusão de curso cujo estudo tem o objetivo de compreender o processo de expansão colonial na América portuguesa por meio do uso da mão de obra indígena que se tornou indispensável para o sucesso colonial. Neste trabalho também ressaltamos os mecanismos de dominação utilizados pelos europeus como tentativa de submeter as comunidades indígenas aos domínios da empreitada colonizadora e também analisamos as ações e reações dos povos indígenas diante da superioridade que o europeu tentou impor sobre os indígenas. Nesta pesquisa discutimos não somente a colonização da região litorânea da América portuguesa, mas também observamos que conforme o avanço colonial se expandia, foi possível chegar até as terras da região amazônica, na qual o contato com os indígenas não deixou de ser menos violento. Para desenvolver esta pesquisa utilizamos como referencial teórico fontes bibliográficas que dialogam com o objeto de estudo, e o plano de trabalho se deu como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, através da qual foram realizadas leituras que aprofundaram os conhecimentos sobre o objeto de estudo, a saber: os teóricos TODOROV, (2010); BOSI (1992); SANTIAGO (1980); GONDIM, (2007); SOUZA (2009); SANTOS (2002), e outras obras que retratam fatos históricos a respeito da empreitada colonial na América portuguesa. Como resultado observou-se que a ocupação e colonização da América portuguesa basearam-se praticamente na escravidão dos indígenas em virtude da busca e recrutamento da mão de obra que era essencial para o sucesso da ocupação.

Palavras-chave: América portuguesa, Indígenas, Europeu, Colonização.

ABSTRACT

This work presents a research completion study have the aims to understand the process of colonial expansion in Portuguese America through the use of indigenous labor that has become indispensable for colonial success. In this work, we also highlight the domination mechanisms used by Europeans as an attempt to submit sub-metrics as communities to the domains of the colonizing enterprise and we also analyze the actions and reactions of the previous peoples of superiority that the European tried to impose on the indigenous peoples. In this research we discussed not only the colonization of the coastal region of Portuguese America, but we also observed that as the colonial advance expanded, it was possible to reach the lands of the Amazon region, in which contact with the indigenous people was not less violent. To develop this research, we used bibliographic sources that dialogue with the object of study as a theoretical reference, and the work plan took place as a bibliographic research with a qualitative approach, through which readings were studied that deepened the knowledge about the object of study, a saber: theorists TODOROV, (2010); BOSI (1992); SANTIAGO (1980); GONDIM, (2007); SOUZA (2009); SANTOS (2002), and other works that portray historical facts about the colonial enterprise in Portuguese America. As a result, it was observed that the occupation and colonization of Portuguese America were practically based on the slavery of the indigenous people due to the search and recruitment of the hand that was essential for the success of the occupation.

KeyWords: Portuguese America, Indigenous, European, Colonization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1_A CHEGADA DOS EUROPEUS NA AMÉRICA: A DESCOBERTA DO <i>OUTRO</i>	10
1.1 O processo de exploração e ocupação da América portuguesa	12
1.2 A presença europeia na Amazônia e o imaginário europeu	20
1.3 A exploração da Amazônia pelos europeus	27
CAPÍTULO 2_ÍNDIOS DA AMAZÔNIA: COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA	34
2.1 Os portugueses e a empreitada colonizadora na Amazônia	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta pesquisa surgiu durante os estudos de América, Brasil e Amazônia, uma vez que nessas disciplinas tratamos de diversos temas relacionados à historiografia indígena brasileira e também de outras áreas do saber, temas até então desconhecidos por este acadêmico, pois apesar de ser amazonense, havia uma lacuna no conhecimento sobre a historiografia que necessitava ser preenchida. Portanto, ao se deparar com vários temas históricos e com um mundo de novidades desconhecidas, tornou-se indispensável à realização desta pesquisa.

A importância do presente estudo justifica-se por se tratar de um tema relevante para a historiografia indígena, no sentido de descortinar a visão que se tem do indígena, na qual, este é visto a partir da ótica do colonizador como povos dominados. Entretanto, com esta pesquisa, pretende-se valorizar a atuação dos povos indígenas durante o processo de colonização e ocupação da América portuguesa que por meio desta culminou no contato com os indígenas amazônicos, uma vez que esses nativos são apresentados na história a partir de uma visão estereotipada do colonizador. Desta forma, o presente trabalho pretende desconstruir falsos mitos e preconceitos sobre o passado histórico dos povos indígenas, principalmente dos povos da Amazônia, dando voz para aqueles que foram silenciados e oprimidos durante séculos de escravidão.

Deste modo, buscamos compreender o processo de exploração da mão de obra indígena pelos colonizadores europeus, sobretudo, pelos portugueses e analisamos como os indígenas reagiram diante do avanço da colonização europeia e quais foram os mecanismos utilizados pelos europeus para submeter as comunidades nativas ao processo colonial. Diante disso, ao buscarmos respostas para essas indagações e, para outras que nos propomos a responder neste trabalho, nos deparamos com uma situação que se assemelha a historiografia indígena amazônica, trata-se da carência de materiais bibliográficos a respeito do tema desta pesquisa (livros, documentos oficiais, teses, artigos, cartas etc), que de alguma forma possam contribuir com o objeto de estudo. Um desses obstáculos encontra-se principalmente na biblioteca do Centro de Estudos Superiores de Tefé-CEST/UEA, cuja carência de materiais relacionados à historiografia indígena amazônica é eminente.

Para a realização desta pesquisa foram desenvolvidos os seguintes objetivos: Compreender o processo de expansão colonial na América portuguesa por meio do uso da mão de obra indígena; Discutir o avanço da presença europeia na América; Analisar a necessidade do uso da mão de obra indígena pelos conquistadores europeus; Identificar o

avanço da presença europeia na região amazônica, conforme o avanço da expansão colonial; Analisar os mecanismos de dominação engendrados pelos colonizadores para submeter às comunidades indígenas ao domínio colonial.

Neste trabalho, analisamos fatos históricos que ocorreram durante o processo de colonização que refletem a maneira como se deu o contato entre europeus e indígenas, discutindo a luta dos povos nativos diante do processo de expansão territorial para não se tornar cativo do homem branco. Aqui também deixamos claro que esta pesquisa não pretende fazer um levantamento geral de tudo que já foi escrito até hoje sobre colonização na América portuguesa, dominação e luta dos povos indígenas diante do avanço colonial.

Para desenvolver esta pesquisa utilizamos como referencial teórico fontes bibliográficas de pesquisadores, historiadores, críticos e teóricos que dialogam com o objeto de estudo. O plano de trabalho se deu como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, através da qual foram realizadas leituras que aprofundaram os conhecimentos sobre o objeto de estudo, a saber: os teóricos Todorov (2010); Gondim (2007); Souza (2009); Santiago (1982); Bosi (1992) e também com o historiador Francisco Jorge dos Santos, *Além da Conquista: Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina* (2002).

Para uma melhor compreensão a respeito da temática desta pesquisa, estruturamos o trabalho em dois capítulos. O capítulo 1 está relacionado ao referencial teórico com as análises feitas durante a pesquisa, analisando a chegada dos europeus nas terras recém-descobertas e logo em seguida destacamos as relações de poder por parte do colonizador como meio de fazer prosperar a empresa colonial através da ocupação e exploração das terras conquistadas. Este capítulo também está relacionado a chegada dos colonizadores europeus na Amazônia, consagrando assim, um amplo processo de expansão comercial/territorial, na qual inicia-se a disputa pelo território entre as nações europeias e entre europeus e indígenas num ambicioso projeto de colonização das terras ao sul do continente americano.

O capítulo 2, por sua vez, sendo o último capítulo desta pesquisa está relacionado diretamente ao confronto entre os colonizadores portugueses e as comunidades indígenas que resistiam ao avanço colonial, em contrapartida os invasores organizavam diversas políticas indigenistas como mecanismos para assegurar a mão de obra indígena que era indispensável para o avanço da colonização. Em decorrência dessa busca pela mão de obra nativa, os indígenas passaram a reagir, resistir e combater os invasores.

CAPÍTULO 1

A CHEGADA DOS EUROPEUS NA AMÉRICA: A DESCOBERTA DO *OUTRO*

*Quero falar da descoberta que o eu faz do outro.
O assunto é imenso.
(Todorov)*

O descobrimento da América, sem dúvida, foi um marco importante para os Europeus, afinal, a conquista de um novo território e de novas terras era o que impulsionava o sonho de aventura de muitos viajantes que almejavam alcançar grandes riquezas, descobrir novas civilizações e ter a garantia de recompensas e prestígios. Através do processo de expansão marítima e comercial e dos avanços das técnicas de navegação tornou-se possível navegar distâncias cada vez maiores e se aventurar no tão temido mar.

Sabemos que o descobrimento da América foi impulsionado tanto por questões políticas e econômicas quanto por questões religiosas. Então, na busca por novas terras, riquezas e propagação da fé cristã, os europeus saíam se aventurando além-mar para alcançar seus objetivos num processo que ficou conhecido como “Expansão Marítima ou Grandes Navegações”.

A partir do século XV, tanto portugueses quanto espanhóis começaram uma empreitada colonizadora objetivando a obtenção de fontes de riquezas, tanto através das atividades comerciais, quanto pela exploração de terras e pela submissão de seres humanos que eram escravizados e obrigados a trabalhar de forma compulsória, já que a oferta da mão de obra europeia era escassa. Desta maneira, aos poucos o projeto de expansão e exploração também foi se tornando um projeto de conquistas, visto que os europeus além de “descobrir” novas terras também passaram a colonizá-las, conforme observamos na citação abaixo:

Conquistar podia significar, portanto, colonizar, mas também podia significar assaltar, saquear e seguir adiante. A conquista no primeiro sentido dava primazia à ocupação e exploração da terra. No segundo sentido, concebia o poder e a riqueza de uma forma muito estática – em termos muito mais de posse de objetos fáceis de transportar, como ouro, pilhagem e gado, e de **domínios sobre vassallos** do que de propriedade da terra (BETHELL, 2012, p.138 grifos nosso).

A necessidade de expansão comercial também tornou necessário o processo de ocupação definitivo de territórios, e esse processo era realizado através da ocupação e da exploração de terras que na maioria das vezes já pertenciam a alguém, mesmo assim eram

tomadas sem nenhum pudor. Segundo Alfredo Bosi (1992, p. 15): “a colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais”, desta maneira estava arquitetada o projeto colonial dos europeus, de exploração e ocupação de territórios povoados e não povoados.

Após terem conquistado os continentes da Ásia e da África, portugueses e espanhóis lançaram-se em outra empreitada colonizadora com o objetivo de encontrar o caminho para o Oriente, onde possivelmente conseguiriam adquirir grandes lucros comerciais através das especiarias, dos tecidos de luxo e das pedras preciosas. Consequentemente, este processo culminou diretamente na descoberta do Novo Mundo, mais conhecido como América no ano de 1492 pelo navegador Cristóvão Colombo que estava a serviço da Coroa espanhola.

Uma vez descoberto, o continente americano nunca mais seria o mesmo, após a chegada de Cristóvão Colombo, o navegador espanhol abriu o caminho para a conquista e a colonização da América. A partir daí a América tornou-se encontro entre o Velho e o Novo Mundo, ambos repletos de curiosidade pelas diversidades que se confrontavam naquele lugar.

Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 24),

O Brasil, por exemplo, que nessa época não existia nos mapas dos grandes cosmógrafos e não havia entrado na história ocidental, já estava incluído no pacote: a linha do tratado¹ cercava o país nas proximidades de onde, hoje, se encontram Belém (no Pará) e Laguna (no atual estado de Santa Catarina). Mas Portugal parecia pouco interessada em explorar esse seu mapa imaginário, ao menos naquele momento, até porque com as riquezas e lucros obtidos no Oriente as contas já fechavam.

Se foi por acaso ou não, assim como questionam alguns estudiosos, certo é que a chegada dos portugueses nas terras do litoral sul-americano no ano de 1500 marcava mais um importante episódio do processo de expansão marítima comercial europeia, a dos portugueses. Os europeus ao longo do processo de expansão se depararam com diversas descobertas, diversos povos e diversas formas de vida, diferentes territórios e culturas, tudo isso, ocasionados pelo processo de expansão marítima comercial.

A chegada destes na América não foi diferente da chegada em outros territórios, uma vez que o objetivo era sempre mesmo, o da “conquista” e ocupação, ainda que essa conquista

¹ A autora se refere a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas assinado entre Portugal e Espanha no ano de 1494, que tinha a finalidade de dividir as terras descobertas e também daquelas que ainda estavam por descobrir fora do Estado por ambas as Coroas. O acordo representava o resultado imediato da contestação portuguesa às pretensões da Coroa espanhola, que um ano e meio antes chegara ao que se acreditava serem as Índias, mas que se tratava de um Novo Mundo, reclamando-o oficialmente a Isabel, a Católica. Nem se sabia onde esse mundo ia dar, mas ele já tinha dono e certificado de origem (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p. 24).

significasse tomar a força de seus verdadeiros donos, conforme cita Albert Memmi (2007, p. 42):

Trata-se, ademais, sob certo aspecto, de uma dupla ilegitimidade. Estrangeiro, chegado a um país pelos acasos da história, ele conseguiu não somente criar um espaço para si como também tomar o do habitante, outorgando-se espantosos privilégios em detrimento de quem de direito. E isso não em virtude das leis locais, que de certa forma legitimam a desigualdade pela tradição, mas alterando as regras aceitas, substituindo-as pelas suas. Ele aparece, assim, como duplamente injusto: é um privilegiado e um privilegiado não legítimo, isto é, um *usurpador*.

A partir desta análise, observamos que o colonizador europeu além de expandir suas fronteiras e se apossar de tudo aquilo que pertencia ao *Outro*, ele também trazia consigo suas próprias regras e leis, e isso implicaria diretamente em submeter outros seres humanos aos seus domínios. Deste modo, após a chegada dos europeus na América no ano de 1492 e, posteriormente, ao território que hoje se denomina Brasil no ano de 1500, muitas lutas foram travadas pelo domínio e exploração das terras.

E esse processo de ocupação e domínio de territórios requer uma atenção especial, uma vez que esse contato entre povos diferentes acabou proporcionando um verdadeiro embate entre europeus e indígenas, no qual o europeu tentou submeter as comunidades indígenas ao poder colonial.

A partir deste contexto, tanto a Coroa portuguesa quanto a espanhola iniciaram efetivamente um processo de exploração das terras da América, mas precisavam manter a posse das terras americanas, e isso só seria possível através de atividades que fixassem portugueses e espanhóis nas novas terras, começando assim o processo de colonização.

Com a descoberta da América e com a demarcação do Tratado de Tordesilhas, portugueses e espanhóis aos poucos foram explorando este Novo Mundo, de maneira que os espanhóis exploraram e ocuparam as terras do México e Peru, enquanto que coube a Portugal explorar a América portuguesa que a princípio recebeu o nome de Terra de Vera Cruz e mais tarde foi batizada de Brasil em virtude da grande quantidade de árvore de pau-brasil existente neste território, que foi a primeira tentativa de exploração econômica da região, conforme veremos mais adiante.

1.1 O processo de exploração e ocupação da América portuguesa

O impacto da “descoberta” da América deixou grandes marcas na história do descobrimento do Novo Mundo, tanto no imaginário europeu quanto no imaginário dos povos

indígenas, estes que já habitavam estas terras muito antes da chegada dos colonizadores, deste modo, “a invasão dos europeus foi para as sociedades indígenas um acontecimento sem precedentes que interrompeu o curso normal de sua existência”, Wachtel (2008, p, 198).

Segundo Viana e Santos (2010, p.19),

Para os nativos, convertidos em índios pelos conquistadores, a chegada dos europeus também criou um Novo Mundo, marcado pela brutal queda demográfica, pela evangelização que marginalizava violentamente as culturas nativas e pela transformação radical, quase sempre, de antigos modos de vida e de trabalho.

A princípio houve um olhar de estranheza e admiração pelas formas de vida que os homens do ocidente encontraram neste continente, em seguida com o plano para colonizar as novas terras os indígenas foram vistos como uma peça fundamental, tendo em vista que estes conheciam muito melhor as terras recém-descobertas do que os próprios descobridores. Desta forma, fica evidente que a vida das comunidades nativas jamais seria a mesma, a falta de compreensão tanto pela maneira como viviam os indígenas como pelos hábitos e costumes revelou uma perplexidade diante de um mundo desconhecido para ambos os povos.

Ao longo dos séculos os europeus além de desbravar mares perigosos também conquistaram uma área territorial muito grande e para tomar posse e assegurar o domínio das terras descobertas era preciso colonizá-la e explorá-la economicamente. Esse mesmo processo viria ser implantado nas terras do Brasil descoberto pelos portugueses.

O descobrimento do Brasil não provocou, nem de longe, o entusiasmo despertado pela chegada de Vasco da Gama à Índia. O Brasil aparece como uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passava de uma grande ilha. As atrações exóticas - índios, papagaios, araras - prevaleceram, aponto de alguns informantes, particularmente italianos, darem-lhe o nome de terra dos papagaios (FAUSTO, 1996, p. 22-23).

A partir deste comentário, observamos que a princípio os portugueses não tiveram interesses econômicos no território recém-descoberto, e isso estava relacionado ao comércio de especiarias na Índia. Vale ressaltar que no início do século XVI os portugueses atingiram o apogeu das grandes navegações, após a viagem de Vasco da Gama até as Índias que finalmente deu aos portugueses o tão esperado lucro comercial através das especiarias que passaram a ser comercializadas direto do Oriente. Em razão disso, não havia motivos para fazer grandes investimentos na nova colônia.

No início da descoberta das terras do atual Brasil, as expedições portuguesas vinham ao território apenas com a finalidade de explorar as áreas do litoral objetivando mapear e fazer

reconhecimento geográfico e antropológico do território e de seus habitantes, com o interesse de registrar o máximo de informações para as futuras relações.

O descobrimento do Brasil em 1500 de início não representou, para Portugal, mudança em sua política de implantação de feitorias comerciais no Oriente. A nova terra marcava o domínio português na América, era rica em pau-brasil [...], mas não dispunha de metais preciosos. Nada estimulava, ainda, a efetiva ocupação da Terra de Santa Cruz. Durante os primeiros trinta anos após a chegada de Cabral, os vastos territórios americanos que cabiam à Coroa Portuguesa foram relegados a segundo plano. Portugal dedicava-se a conquistar e explorar o Oriente (FERLINI, 1992, p. 13-14).

A citação de Ferlini reitera o fato de que as terras do Brasil não chamaram atenção dos portugueses, a princípio ela parecia apenas uma ilha habitada por seres humanos “exóticos” com uma natureza exuberante, mas pouco lucrativa aos olhos do colonizador. Em contrapartida, as terras do Oriente apresentavam-se com mais oportunidades de enriquecimento, principalmente com o comércio das especiarias e de metais preciosos, conforme citado anteriormente.

Desta forma, a urgência em obter lucro com a exploração mercantilista deixou o Brasil em segundo plano nos projetos econômicos de Portugal, que na época estava bem mais preocupada em consolidar pontos comerciais na Índia. Por isso, nas terras recém-descobertas, a ausência de metais preciosos e outros produtos de interesses no mercado europeu acabaram inviabilizando a exploração imediata do território.

A ocupação da América assumia, gradativamente, outras dimensões. A Espanha descobrira, em seus territórios, prata em abundância. A perspectiva dos metais preciosos aguçava a cobiça europeia. As nações marginalizadas pelo Tratado de Tordesilhas consideravam que os portugueses teriam direito às terras americanas apenas se ocupassem efetivamente o território. Manter o domínio sobre o Brasil tornou-se, então, preocupação política para Portugal, pressionado pela disputa, que se acelerava, pela posse de colônias na América. Era uma empreitada difícil e, economicamente, pouco atrativa [...].

A ocupação da América Portuguesa, entretanto, deveria ser feita com recursos externos, mas sem prejudicar o Império Colonial das Índias, que começava a vacilar (FERLINI, 1992, p.14-15).

Como os portugueses não demonstravam interesse em explorar e ocupar as terras da América, já que a princípio elas foram vistas com desprezo tanto pelos reis de Portugal quanto pelos seus exploradores, elas acabaram sendo cobiçadas por outros europeus que também buscavam tirar destas terras algum benefício financeiro.

Corroborando tal opinião Schwarcz e Starling (2015, p. 56) afirmam que “entre os séculos XVI e XVII, tão logo os demais países europeus se deram conta da “descoberta” de uma nova colônia nas Américas, a costa brasileira foi alvo de frequentes invasões”, que

passaram a negociar o pau-brasil com os nativos. Desta maneira, ou Portugal estabelecia de fato seu domínio sobre as terras da América portuguesa ou acabaria perdendo para outros “invasores”.

A partir disso, a colonização do território brasileiro foi acontecendo de forma gradativa e lenta, e a primeira tentativa de explorar economicamente o novo território foi através da extração do pau-brasil² que não exigia muitos recursos e por isso passou a ser a melhor alternativa para os portugueses:

A primeira tentativa de explorar economicamente à qual se dedicaram os portugueses e também franceses que aqui desembarcavam foi a exploração do pau-brasil [...] usado na Europa para tingir tecidos. Para a obtenção do produto, os colonizadores trocavam machados e facões por árvores abatidas. Esse tipo de troca, conhecida como *escambo*, era evidentemente desigual, pois os índios que trabalhavam nas derrubadas carregavam os navios em troca dos instrumentos de trabalho (VALADÃO, 1991, p.12-13).

Deste modo, observamos que para assegurar a posse do território brasileiro, os portugueses deram início ao processo de exploração através da extração do pau-brasil, e essa exploração foi meramente extrativa, ou seja, não tinha o caráter de colonização efetiva, mas sim de garantir a posse do território pelos lusitanos, tendo em vista que este produto de modo algum superava os lucros obtidos no comércio oriental. É a partir deste ponto que entram na história da colonização os povos indígenas, uma vez que estes tiveram um papel de suma importância no desenvolvimento das colônias implantadas pelos “descobridores”.

Todo o processo de extração da madeira, desde o corte até o embarque era feita pelos indígenas, através do escambo que se constituía em uma troca, na qual os nativos retiravam a madeira e recebiam objetos como: machado, facas, espelhos etc. Deste modo, o escambo foi utilizado pelos europeus neste processo de extração como um método para garantir braços (mão de obra) em troca de pequenos presentes.

Durante os primeiros anos de exploração da América, as comunidades indígenas foram vistas como parceiros comerciais dos europeus, isso porque os interesses dos portugueses estavam voltados apenas para o comércio de pau-brasil, que era realizado através de trocas. Para Valadão (1991), esses “presentes”, ou melhor, esses utensílios que os indígenas recebiam serviam para serem utilizados em benefício dos próprios colonizadores, isso porque era

² Pau-brasil: era originalmente chamado “ibirapitanga”, nome dado pelos índios Tupi da costa a essa árvore que dominava a larga faixa litorânea. Alcançando até quinze metros (...) a madeira era muito utilizada na construção de móveis finos, e de seu interior extraía-se uma resina avermelhada, boa parte para uso como corante de tecidos. Calcula-se que na época existiam 70 milhões de espécimes, logo dizimados pelo extrativismo feito à base do escambo e a partir do trabalho da população nativa (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.32).

através destes objetos que os nativos trabalhavam extraindo madeira ou desbravando as matas para os invasores.

Apesar dessas trocas serem completamente desiguais, os indígenas a princípio faziam gosto por tais objetos e, como estes não percebiam os interesses dos europeus, muitas etnias acabaram se aliando aos exploradores e sem perceber acabavam sendo cativos do sistema colonial. Vale salientar que, os indígenas não possuíam convenções de valores e acabavam recebendo como barganha, ferramentas que serviam para o próprio trabalho deles.

Sobre este fato, Todorov (2010, p. 52) afirma que os europeus davam aos nativos “muitas outras coisas de pouco valor que lhes causaram grande prazer [...] tudo o que têm, dão em troca de qualquer bagatela que se lhes ofereça”, destacando assim uma suposta ingenuidade dos indígenas.

Para viabilizar o escambo que passou a ocorrer entre portugueses e índios, diminuindo o tempo de permanência das embarcações nos portos e definir uma territorialidade, o governo português passou a organizar feitorias na costa brasileira, feitorias estas, que não passavam de galpões nos quais a madeira era depositada para aguardar as embarcações que a conduziria para a Europa (COSTA e FARIAS, 2009, p. 7).

Conforme citado anteriormente, as populações indígenas foram utilizadas como mão de obra na extração do pau-brasil em troca de ferramentas, pequenas armas e mercadorias de pouco valor. O trabalho extremamente pesado era realizado pelos nativos e indispensáveis para o homem europeu, uma vez que existem relatos que afirma que as árvores de pau-brasil além de grande eram bastante pesadas e, naquela época, ainda não existiam animais de carga.

Contudo, na medida em que os colonizadores portugueses avançavam com a exploração do território, encontraram diversas populações nativas que lutavam contra a invasão promovida pelos europeus, conforme veremos mais a diante. De acordo com Alexander Marchante (1980, p. 37), na obra intitulada “*Do escambo a escravidão*”:

Evidentemente esse comércio foi tão intensamente efetuado que no, próprio séc. XVI já muitas florestas estavam devastadas e algumas regiões já desprovidas de suas arvores. Nos seus primeiros passos, antes da produção de generos cultivaveis, como o assucar e o algodão, o pau-brasil era quase tudo o que podia dar o Brasil.

A partir deste relato, observamos que, com o passar do tempo, o comércio de pau-brasil aos poucos foi se tornando escasso e menos lucrativo para os portugueses, uma vez que além da exploração e extração da madeira feita pelos lusitanos, existiam também a exploração por parte de outros europeus como os franceses que se sentiam prejudicados pelos termos do

Tratado e invadiram o território americano com a finalidade de explorar suas riquezas naturais. Desta maneira, com o processo de exploração em larga escala, isso acabou causando também uma devastação nas matas do litoral, o que obrigou os indígenas a transportarem madeiras de locais cada vez mais longe.

Todos esses fatores acabaram contribuindo para a queda da economia obtida através da extração do pau-brasil, e isso de certa forma obrigou o rei de Portugal a tomar uma atitude em relação as terras brasileiras, conforme citação abaixo:

Porém, evidenciou-se para a Coroa portuguesa a necessidade de efetivamente explorar e ocupar as terras americanas. Nações de expansão marítima tardia, como a França, contestavam a legitimidade do Tratado de Tordesilhas e, em virtude da inexpressiva presença portuguesa no litoral brasileiro, os franceses contrabandeavam intensamente o pau-brasil, iniciaram também a ocupação do litoral brasileiro. Além do assédio estrangeiro às terras da América portuguesa, os mercados orientais, tão cobiçados por Portugal desde o séc. XV, não auferiam mais tantos lucros. Com isso, abriu-se a possibilidade de implantar uma política efetiva de ocupação e exploração das terras (PRIORE e VENANCIO, 2010, p. 41).

Desta forma, com o declínio do comércio de especiarias no Oriente e com as constantes ameaças de invasão pelos franceses no litoral brasileiro, o rei de Portugal Dom João III decidiu iniciar definitivamente a ocupação das terras do Brasil, entretanto fazia-se necessário encontrar uma maneira de ocupar economicamente este território, visto que além das ameaças estrangeiras, houve também o declínio da exportação de pau-brasil que até então era a única forma de exploração do território.

De acordo com Ferlini (1992, p. 15-16):

Coube a Portugal encontrar outra formula para a ocupação econômica de suas colônias americanas que não fosse a simples extração de recursos naturais. Fazia-se imperiosa a organização de exploração agrícola rentável que, ao mesmo tempo, interessasse os investidores metropolitanos e propiciasse recursos para a manutenção e defesa deste domínio. A distância entre o Brasil e Portugal só tomava viável a produção de mercadorias que, gozando de altos preços do mercado europeu, pudessem arcar com os custos do frete marítimo. A coroa portuguesa possuía um trunfo: dominava desde o século XV a produção do açúcar, com as plantações nas Ilhas do Atlântico.

Observamos que, após a extração do pau-brasil perder a importância econômica, esta acabou sendo substituída pela agricultura através do plantio de cana-de-açúcar. Essa prática já era bem conhecida dos portugueses, uma vez que já se utilizava esta técnica no Atlântico³.

³ Portugal ocupou as ilhas de Madeira e Açores, onde foi realizada com sucesso, uma experiência de colonização implantando o cultivo de cana-de-açúcar. Essas experiências acabaram servindo mais tarde de modelo para a ocupação das terras americanas.

Com isso, o governo português decidiu destinar recursos e mão de obra para o desenvolvimento de atividades que gerassem lucro e ocupassem definitivamente as terras de além-mar. Em 1530, Martim Afonso de Souza foi enviado com o objetivo de iniciar as primeiras atividades de exploração agrícola e criar núcleos de povoamento ao longo da costa brasileira, evitando a presença de franceses em domínio português. Por volta de 1532, o próprio Martim Afonso de Sousa fundou a vila de São Vicente que na verdade foi a primeira vila brasileira:

Vinha Martim Afonso investido de grandes poderes, tais como: tomar posse de todo o território até a linha de demarcação-convencionada por tratado com a Espanha; prover os cargos que viesse a criar; assinar datas de terras de sesmarias a quem as pedisse; exercer inteira jurisdição civil e criminal, até o direito de vida e de morte, salvo quanto aos fidalgos, os quais em caso de crime, deveriam ser enviados para Portugal [...] frota de Martim Afonso velejou pelo litoral, do cabo de Santo Agostinho para o sul [...]. Em 22 de janeiro de 1532 era fundada a vila de São Vicente, iniciando-se assim a colonização regular do Brasil (SOUZA, 1952, p. 43-44).

Como se fazia necessário povoar esta região o mais breve possível, e a coroa portuguesa não detinha os recursos, tanto humanos quanto financeiros, suficientes que pudesse de imediato efetivar a ocupação do território, já que na época a população era muito escassa. A solução encontrada para resolver o problema foi implantar no Brasil o sistema de Capitânicas a partir de 1534, uma vez que este processo já tinha sido usado anteriormente na ilha da Madeira e nos Açores e teve um resultado positivo.

Deste modo, este sistema passaria a ser o primeiro projeto político e econômico da Coroa Portuguesa para colonização de suas terras na América. As capitânicas, entretanto, foram essenciais para o início das atividades agrícolas nas terras brasileiras.

Como os donatários vieram para o Brasil formar lavouras afim de exportar produtos agrícolas, e como seu empreendimento diferiu acentuadamente do dos traficantes de pau-brasil e dos guarda-costas, eles introduziram novos elementos no primitivo padrão econômico. Em primeiro lugar, sua vinda para o Brasil, para aqui viver, distingue suas colônias daqueles postos mais ou menos transitórios, dos quais os traficantes conduziram sua exploração da terra. Em segundo, a existência de suas lavouras implica na necessidade de trabalho abundante e disciplinado e indica que alguma outra relação, além do escambo fortuito, seria necessária para garantir a satisfação dessa necessidade (MARCHANT, 1980, p. 64).

O desenvolvimento agrícola se tornou possível graças a implantação das capitânicas hereditárias e, como nos primeiros momentos da colonização, os portugueses ainda não haviam encontrado ouro, ou qualquer outro tipo de metais preciosos, a saída foi justamente fazer a exploração agrícola do território. Todavia, a mão de obra era insuficiente entre os

donatários, isso significava que mais uma vez os indígenas seriam usados para a realização do trabalho braçal. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha:

[...] com o primeiro governador geral do Brasil, a colônia se instalou enquanto tal e as relações alteraram-se, tensionadas pelos interesses em jogo que, do lado europeu, envolviam colonos, governo e missionários [...]. Não eram mais parceiros para o escambo que desejavam os colonos, mas mão-de-obra para as empresas coloniais que incluíam a própria reprodução da mão-de-obra, na forma de canoieiros e soldados para o apressamento de mais índios (1992, p. 15).

Com a expansão da empresa colonial e com a crescente necessidade de mão de obra pelos colonizadores, as relações entre europeus e indígenas existentes no início da colonização deixaram de ser satisfatórias para os portugueses que almejavam alavancar cada vez mais os lucros esperados em solos brasileiros. A partir deste ponto de vista, tornava-se necessária uma rotina diferente da que existia entre os colonizadores e os indígenas através do escambo, algo mais forçado e que não fazia parte do costume dos nativos, mas a princípio esse método funcionou e eles continuaram com as trocas desiguais na implantação da agricultura de cana-de-açúcar:

Montou-se a partir de então uma empresa de proporções bastante significativas, em que tudo girava em torno da monocultura da cana [...] para que o sistema funcionasse, e a roda de engenho girasse sem parar, o mais fundamental era a manutenção da mão de obra. Como vimos, a utilização de trabalhadores indígenas transformara-se num problema espinhoso já nos tempos do pau-brasil. Na era do açúcar, a situação se veria ainda mais agravada. As ordens religiosas, por exemplo, os jesuítas, desestimulavam o uso da mão de obra. **Entre outros argumentos alegava-se que os gentios eram “rebeldes”, indolentes e não se fixavam na terra** (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 63-64 grifos nossos).

Com o passar do tempo, e diante da nova forma de trabalho, os indígenas começaram a se desestimular das trocas que existiam entre eles e o europeu, tendo em vista que estes foram enviados para as lavouras onde passaram a ser totalmente explorados e sofriam maus-tratos. No princípio, os nativos que foram assimilados e escravizados pelos colonizadores mostram-se mais eficientes na execução das atividades que já estavam habituados e até assimilaram bem a extração e transporte de madeiras, porém, diante das dificuldades encontradas nas atividades de agricultura muitos começaram a criar resistências para desenvolver os trabalhos nas lavouras.

De acordo com Marchant (1980), “a escravização ocorreu quando as relações de escambo se tornaram inadequadas”, sendo assim, os nativos passaram a ser obrigados a trabalhar na agricultura, algo que não era do costume deles, já que a maioria das populações nativas se caracterizavam pela utilização de técnicas rudimentar para a obtenção da sua

sobrevivência e isso se refletia na exploração dos recursos encontrados na natureza como a caça, pesca e da coleta de recursos naturais.

Para Ferlini (1992, p. 17):

A lavoura canavieira, como opção para a ocupação do Brasil, inaugurava nova forma de colonização. A ocupação dos territórios conquistados limitara-se, até então, à comercialização de produtos encontrados nas terras descobertas. Portugal transformava a empresa colonial em sistema produtivo, onde técnicas e recursos metropolitanos criavam fluxo constante de produtos destinados ao comércio europeu.

A escolha do açúcar era amplamente justificável no momento em que se buscava a solução para a efetiva ocupação do Brasil [...], o Brasil possuía terras em abundância e o açúcar poderia, aqui, ser produzido em larga escala.

A ocupação e colonização da América portuguesa se deram dentro da lógica mercantilista, uma vez que os portugueses trouxeram suas experiências e fixaram em solo brasileiro e, além disso, o açúcar possuía na Europa um mercado bastante lucrativo. Ainda de acordo com Ferlini (1992, p. 22-24): “o centro da produção açucareira não ficaria no sul. Seria o Nordeste [...] que desenvolveria a lavoura de cana e o fábriço do açúcar, transformando a colônia em elemento fundamental do Império Português”. Deste modo, o cultivo da cana-de-açúcar se desenvolveu além da zona costeira e se tornou mais comum no litoral do Nordeste, como Bahia e Pernambuco por causa do solo fértil e o clima propício, onde de fato se consolidaria a colonização portuguesa.

A partir disso, a cana de açúcar tornou-se o principal produto comercial da colônia e, devido a sua localização nas áreas litorâneas e próximas aos portos de embarque, acabava barateando o custo com o transporte. Entretanto, a mão de obra requeria um esforço dobrado dos nativos para trabalhar nos plantios de cana-de-açúcar, fato este que contribuiu para a escravização dos indígenas, uma vez que estes foram declarados rebeldes e pouco eficientes para as lavouras.

Com o passar do tempo, os portugueses consolidaram seu domínio em toda área do litoral brasileiro, entretanto o avanço da colonização não se deteve só nas áreas litorâneas, esta seguiu pelos territórios mais ao norte chegando ao atual estado do Maranhão, local estratégico devido sua proximidade com a foz do Rio Amazonas. Neste sentido, os rios contribuíram para o processo de expansão tanto dos portugueses como de outras nações como: holandeses, franceses, ingleses e até mesmo espanhóis que exploravam novas fontes de riquezas.

1.2 A presença europeia na Amazônia e o imaginário europeu

Aqui observamos a maneira como a Amazônia foi traduzida pelos invasores, que além de se apresentar como um território lendário e infernal, possuía habitantes muito peculiares que causavam estranheza nos colonizadores que arrogaram-se do direito de ser superior. A partir da descoberta da América em 1500 muitas expedições foram organizadas por diversas nações europeias que buscavam expandir seus interesses econômicos através da exploração deste território e da exploração da mão de obra indígena.

A Amazônia⁴, foi vista como “imenso deserto ou inferno verde”, já foi traduzida pelos primeiros viajantes como território mágico, fabuloso, de imensas riquezas e grandes perigos. E foi com esta visão que o homem europeu chegou a Amazônia, que logo foi descrita com admirações e exageros, assemelhando-se muitas vezes ao jardim do Éden. Porém, aos poucos esse território foi se tornando em palco de diferentes eventos que movimentaram a vida dessa região.

De acordo com Auricléa Oliveira Neves (2011, p. 17), em *A Amazônia na visão dos viajantes*, “é senso comum imaginar a Amazônia de forma pouco realística, permeada do exótico, ou simplesmente um gigantesco espaço desabitado, onde a vida em estágio primitivo pode ser observada”. A partir deste imaginário do exótico ao primitivismo o homem europeu vindo de além-mar aos poucos foi adentrando na floresta amazônica.

O processo de ocupação da Amazônia iniciou com as primeiras tentativas de exploração desta região e, quando o homem europeu chegou a solo Amazônico, por volta do século XVI, esse território não era um espaço vazio como julgava o homem do Ocidente, uma vez que as terras já eram habitadas por diversas etnias indígenas com diferentes formas de vidas.

De acordo com Antônio Porro (1995, p. 9), na obra intitulada *O povo das Águas*, “a Amazônia tornou-se conhecida dos conquistadores muito lentamente, pois o processo de exploração e incorporação do imenso território à sociedade colonial, e depois nacional, demandou mais de quatro séculos”. Deste modo, durante o processo de expansão comercial e na tentativa de “descobrir e conquistar” novas fontes de riquezas, o homem europeu

⁴ Amazônia: A Amazônia propriamente dita se estende por oito países da América do Sul, e abrange parte do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Deste modo, a Amazônia abrange uma vasta região ocupada por florestas tropicais úmidas, densas e não densas, das quais 60% estão situadas em solos brasileiros, ao qual se direciona este objeto de estudo. Deste modo, compreendem-se por Amazônia brasileira os Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e uma parte do Maranhão.

finalmente chegou à região Amazônica, e de acordo com as reflexões de Priore e Gomes, em *Os Senhores dos Rios*:

A região amazônica foi tocada pela primeira vez por europeus em fevereiro de 1500. Comandava a expedição o espanhol Vicente Yáñez Pinzon, cujas caravelas singraram vinte léguas do futuro rio Amazona. [...] A primeira aventura em solos amazônicos não ficou só no deslumbramento da grandiosidade e beleza da região. **Iniciou, da mesma forma, na história da Amazônia, uma cadeia de encontros-seguidos imediatamente de confrontos-com os nativos**, já que o primeiro contato resultou na captura de 36 indígenas, embarcados nos navios espanhóis. [...] A segunda expedição europeia que chegou às terras amazônicas—também na desembocadura do rio Amazonas—foi a comandada por outro espanhol, Diego de Lepe, em fevereiro de 1500, alguns dias após a passagem das caravelas de Pizon (2003, p. 5-6 grifos nossos).

Após a “descoberta” da América por Cristóvão Colombo em 1492, esse acontecimento foi precedido por diversas viagens que tinham a finalidade de encontrar lucros comerciais através das especiarias do Oriente. Entretanto, em uma dessas viagens os espanhóis acabaram navegando nos rios do Amazonas sem que este lugar tenha lhes chamado atenção. Deste modo, observamos que o primeiro contato europeu com a floresta amazônica foi feito por navegadores a serviço da Espanha⁵ e comandadas pelos capitães Vicente Pizon e Diego de Lepe que ainda procuravam uma rota alternativa que os levassem direto as Índias no Oriente.

Sendo assim, podemos inferir que a Amazônia foi “descoberta” pelos espanhóis três meses antes do “descobrimento” do Brasil pelos conquistadores portugueses. Contudo, esse contato não ficou apenas no deslumbre fantasioso, essa viagem logo foi marcada pelos primeiros contatos com os indígenas, e também pelos primeiros atos de violências impetradas contra os nativos, conforme cita Priore e Gomes (2003, p. 5):

A primeira aventura europeia em solos amazônicos não ficou apenas no deslumbramento da grandiosidade e beleza da região. Iniciou, da mesma forma, na história da Amazônia, uma cadeia de encontros – seguidos imediatamente de confrontos – com os nativos, já que o primeiro contato resultou na captura de 36 indígenas, embarcados nos navios espanhóis.

E, desta maneira, percebemos que esse contato entre europeus e indígenas seria um verdadeiro desastre e se tornaria em uma “descoberta”, pautada em diversos conflitos e barbáries, onde figurou o olhar indiferente dos exploradores sobre os costumes e o modo de

⁵ Com base em documentos históricos, o território amazônico pertencia legalmente a Espanha por causa do Tratado de Tordesilhas assinado em julho de 1494 entre D. João II de Portugal e os reis católicos Fernando e Isabel, esse acordo tinha um significado muito mais vasto do que a simples delimitação de áreas de influência divididas entre os dois reinos, nele ficava estabelecido um meridiano traçado a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras situadas a oeste desse meridiano pertenceriam a Espanha e as terras a leste, a Portugal. Em 1506, por solicitação do rei português, o papa Júlio II ratificou o tratado. Com o Tratado de Tordesilhas, Portugal ficou com o domínio de quase todo o Atlântico Sul, que era importante como defesa de sua rota para chegar as Índias.

organização social dos indígenas. Essas diferenças ficaram marcadas em diversos relatos, no qual se refletiu o discurso dominante do colonizador. Segundo Neide Gondim (2007, p. 49-50), na obra *A invenção da Amazônia*:

A inevitável oposição do Mundo Novo ao Mundo Antigo está na raiz de todas as sucessivas antíteses e polarizações e de todas as indevidas confrontações e comparações [...] O novo é filtrado pelo antigo, assegurando a este, sua supremacia. A prática de comparar as novidades vistas pela primeira vez com algo pretensamente conhecido, sendo domesticado, fortalecerá e documentará a estabilidade do antigo.

Esse discurso de superioridade se consolidou na história e o que de fato predominou foi a tentativa de dominação do homem europeu diante das diversas etnias indígenas que aqui existiam. Pessoas diferentes, culturas diferentes, duas sociedades estruturadas e organizadas, de valores e perspectivas distintas, logo, a convivência não se tornaria algo amigável, principalmente pela falta de capacidade do europeu em lidar com um mundo onde a vida parecia totalmente absurda. Conforme Márcio Souza, nas narrativas de Frei Gaspar de Carvajal⁶ observamos que:

[...] a revelação da Amazônia foi um verdadeiro impacto para os europeus. Uma verdadeira colisão cultural, racial e social, que, como em toda América Latina, provocou as mesmas contradições que se repetiram ao longo do caminho da empresa desbravadora. Tanto os espanhóis como os outros europeus não haviam experimentado, além do contato com a tradicionalíssima cultura do Oriente, um conflito de tamanha proporção como o que se operou na Amazônia. [...] **Milênios de formação cultural desenvolvida no trato da selva tropical separavam os povos indígenas dos europeus. Por isso, o contato jamais seria pacífico [...].** O fato de as sociedades indígenas transitarem satisfatoriamente pela região, obrigando o branco europeu a atacá-las em seus métodos de sobrevivência e trato com a realidade, **já era um ultraje inconsciente para o cristão civilizado** (SOUZA, 2009, p. 70 grifos nossos).

Conforme citado anteriormente, e de acordo com a descrição acima, o contato com os povos indígenas gerou um grande impacto, visto que estes tinham hábitos culturais e sociais completamente diferentes dos padrões de vida dos europeus. Isso fez com que os invasores lançassem sobre os indígenas um olhar diferenciado, um olhar de desprezo, principalmente diante da capacidade desses povos em lidar tão bem com a vida na natureza.

Observamos que, apesar de serem vistos como um ser inferior pelos colonizadores, o modo de vida dos indígenas e a forma como sobreviviam e se adaptavam a natureza eram vistos como uma afronta aos homens “civilizados”, visto que, diante da selva, esses indígenas

⁶ O primeiro documento que se conhece sobre a penetração do europeu no maior rio da Amazônia, data de 1541-2 e foi redigido pelo dominicano Frei Gaspar de Carvajal, expedicionário às ordens de Francisco Orellana, governador da cidade de Santiago de Guayaquil. Seguindo a tradição dos cronistas viajantes, Carvajal inicia se Descobrimiento do Rio de Orellana (GONDIM, 2009).

demonstravam uma superioridade sobre os europeus que intrigava o raciocínio dos invasores, e isso fazia com que eles fossem atacados pelos brancos sem nenhuma ponderação.

Ainda de acordo com Souza (2009, p. 79):

Em nenhum momento Carvajal esboça qualquer referência a respeito da supremacia cultural do índio na Amazônia. Para o cronista somente um ponto era comum entre índios e brancos: a violência com que atacavam ou se defendiam. Por isso, **as sociedades indígenas deveriam ser erradicadas e os povos amazônicos destruídos e posto a serviço da empresa colonial** (grifos nossos).

Percebemos que, em nenhum momento os indígenas são postos no mesmo nível de igualdade do colonizador, e apesar de serem uma peça fundamental tanto para a sobrevivência quanto para a adaptação dos europeus nas terras recém-descobertas, estes deveriam ocupar apenas o lugar de subalternos.

E, na concepção do homem europeu, aqueles povos distintos não podiam pertencer ao mesmo mundo que os ditos “cristãos”, eram selvagens⁷ e por isso foram vistos como inferiores, e esse argumento foi usado como um subterfúgio para aprisionar os indígenas e obrigá-los a executar difíceis tarefas. Eles não foram aceitos como seres humanos, e segundo a visão estereotipada do colonizador, não se assemelhavam aos homens ocidentais e por serem “estranhos”, não foram colocados no mesmo nível de igualdade daqueles que se achavam civilizados.

Apesar de os indígenas serem os donos das terras e, portanto, os anfitriões daquele lugar, foram eles que tiveram que ceder e se submeter aos domínios do invasor, na visão egocêntrica dos europeus era o índio o inferior, o “não civilizado”, o que andava nu, que não possuía ritos ou religião, que não tinha lei e que por tudo isso foi chamado de sem cultura, sem identidade, aquele que seria submetido ao “poder dos europeus”. Com base nisso, Todorov (2010, p. 188) afirma que:

[...] tais guerras podem ser travadas por uma nação muito civilizada contra gente não civilizada, que são mais bárbaros do que se possa pensar, **pois falta-lhes absolutamente qualquer conhecimento das letras, ignoram o uso do dinheiro, geralmente andam nus, inclusive as mulheres, e carregam fardos sobre os ombros e as costas, como animais**, por longos percursos. E eis as provas de sua vida selvagem, semelhante à dos animais: suas imolações execráveis e prodigiosas de vítimas humanas para demônios; o fato de se alimentarem de carne humana; de enterrarem vivas as mulheres dos chefes com os maridos mortos [...] (grifos nossos).

⁷ Selvagem: é o que vem da floresta, da selva que lembra de alguma maneira, a vida animal. O “outro” é o “aquém” ou o “além”, nunca o “igual” ao “eu”, Rocha (1988, p. 6).

Observamos, novamente, a forma como os europeus se autodenominavam “superiores” e inferiorizavam os nativos, que eram igualados aos animais, por carregarem fardos tão pesados quanto os animais que carregam cargas, outra característica que é observada pelos exploradores nos nativos é a maneira como viviam nus em meio a natureza.

Esse fato chamou a atenção dos “descobridores”, não apenas porque fugia aos padrões culturais dos países estrangeiros, mas também porque para eles, a ausência de roupas está relacionada à falta de cultura, já que homens europeus acreditavam que uma vestimenta era uma das marcas distintas dos povos civilizados e cultos, e a origem de uma identidade cultural. Com base nesse conceito, logo acreditavam que os indígenas não possuíam nenhuma espécie de cultura, e também eram considerados ignorantes a partir do ponto de vista europeu, por não possuírem o poder da escrita. Segundo Gondim (2007, p. 19), “o saber assume outro estatuto: quem o detivesse, deteria o poder”.

Esse discurso de inferioridade acabou se perpetuando na história, história esta que foi contada pelos “descobridores da América”, detentores do poder da escrita, enquanto que os povos indígenas possuíam apenas culturas orais e, no entanto, o homem europeu foi incapaz de entender que a oralidade era tão importante para as comunidades indígenas quanto a escrita para os brancos, uma vez que era através dela que os indígenas cultivavam seus ensinamentos e suas tradições e passavam de pai para filho, tradições estas que eram tão abomináveis aos olhos do europeu.

E esse foi um dos mecanismos que o jogou a margem de uma sociedade preconceituosa, onde esses nativos foram julgados erroneamente de povos sem cultura, e chamados de selvagens. A partir deste posicionamento, e desta visão preconceituosa, certamente as populações indígenas acabariam pagando um alto preço por estarem no caminho dos invasores que se intitulavam descobridores de territórios.

Neide Gondim (2007, p. 70) também nos mostra como a Amazônia foi vista e retratada a partir da visão dos viajantes europeus em relação à vida nativa, afirmando que “o convívio com esse híbrido ameríndio é quase uma transferência, sem ser explicitada, é uma alusão à natureza monstruosa do “selvagem”, de seus costumes “bárbaros”, fundidos – homem e besta – no mesmo espaço familiar”.

Tal afirmação se aplica a nossa análise quando refletimos sobre a visão do homem europeu em relação à floresta amazônica, que deixou registrada não somente um cenário fantasioso e utópico, mas também o preconceito em relação aos povos nativos, que foram chamados de selvagens, bárbaros, bestiais, inferiores e outros adjetivos preconceituosos. A autora, porém, tenta mostrar outro olhar sobre a Amazônia no qual se valoriza e se desvincula

a Amazônia do ponto de vista europeu, numa necessidade de romper com o passado deixado pelos cronistas e conquistadores da América.

Ainda como base na maneira como os viajantes europeus viam a Amazônia, vale ressaltar que foi esse cenário fantasioso e exótico que atraiu a atenção de muitos cronistas e viajantes, entretanto os espanhóis, que eram vistos como “donos” desse território, fizeram apenas reconhecimento da área e não deram tanta atenção ao território amazônico.

Esse reconhecimento foi feito pelas expedições de Francisco de Orellana e Pizón, Pedro de Ursa e Lopes de Aguirre, mas estes estavam em busca de riquezas inestimáveis e nenhum tinha a pretensão de “povoar” ou colonizar o território, o que acabou contribuindo para que outros invasores europeus adentrassem em solo amazônico, trazidos pelo discurso de enriquecimento através da exploração da floresta amazônica.

A fauna e a flora extraordinários, os lugares sagrados das histórias bíblicas também foram constitutivos na construção do imaginário. A água miraculosa que impede o envelhecimento e a fauna de ouro e pedra preciosas acalentou o sonho de geração de ter riquezas sem desgaste físico e viver eternamente. **As monstruosidades corporais – homens ou animálias e ainda as mulheres solitárias, as Amazonas e a raça de gigantes – eram temas recorrentes** nesse arcabouço imagístico, [...] (GONDIM, 2007, p. 45 grifos nossos).

A descoberta de um possível “paraíso terrestre” acabou se tornando a cobiça de outros países, e esse cenário fabuloso, com riquezas inimagináveis em uma floresta que ao mesmo tempo era exuberante e exótica, edênica e infernal, acabou culminando em diversos conflitos na tentativa de usufruir de tais riquezas através da exploração da fauna e da flora amazônica. De acordo com Costa (2013, p. 79), “a perplexidade em encontrar o exótico e o desejo de encontrar o paraíso terrestre na terra. De militares a missionários, aventureiros a clérigos, geógrafos a cientistas, são vários os viajantes que se dispuseram a desbravar a Amazônia”.

Deste modo, percebemos que as viagens dos “descobrimientos” e as expedições de reconhecimento de um novo território foram úteis no que diz respeito ao encontro de diferentes povos. Tendo em vista que, à medida que os relatos deixados pelos viajantes europeus permitiram mapear a descoberta do *Outro*, também permitiram uma reação de espanto, de admiração, da perplexidade e da desorientação do europeu ao se deparar com outros homens, na maioria das vezes desnudos, que desafiavam a capacidade do colonizador em lidar com a alteridade⁸ das populações indígenas.

⁸ Alteridade: estado ou efeito do que é outro, distinto, diferente. (Fonte: Dicionário Eletrônico de Língua Portuguesa – BARSA).

Sendo assim, a Amazônia nunca mais seria a mesma diante da presença do homem europeu, que além de mapear e explorar este território, também se fez “dono” dela, escravizou seus habitantes e aos poucos foi colonizando a região e desapropriando os nativos de suas terras.

1.3 A exploração da Amazônia pelos europeus

A partir das divisões das terras do continente americano em virtude do Tratado de Tordesilhas, deixando de fora outros países como França, Holanda, Inglaterra, e beneficiando apenas Portugueses e Espanhóis, aqueles passaram a contestar o acordo entre as duas maiores potências europeias e na prática passaram a invadir o território na medida em que ia se tornando possível. De acordo com Auxiliomar Silva Ugarte na Revista *Amazônia em cadernos* (2001, p. 205).

Os anglo-batavos encontravam-se na Amazônia desde a década de 1590, uma vez que não reconheciam – como também os franceses – a repartição do Novo Mundo apenas entre espanhóis e portugueses.

Na ausência dos Ibéricos que não implementaram qualquer estabelecimento efetivo na região [...], ingleses e holandeses conseguiram fixar-se em diferentes pontos do Baixo Amazonas, fundando fortes e feitorias, travando amizade com diferentes sociedades nativas. Em seus estabelecimentos coloniais amazônicos, os anglo-batavo cultivavam algodão, tabaco e cana-de-açúcar, além de se dedicarem à coleta das *drogas do sertão*, nome dado às especiarias amazônicas, como urucu, salsaparrilha, óleos vegetais e certas madeiras.

Deste modo, observamos que os europeus que ficaram fora do Tratado não se intimidavam com a presença dos portugueses e espanhóis e lutavam para adquirir posse das terras descobertas no continente americano. Isso implicava em travar guerras contra as Coroas Ibéricas (Portugal e Espanha) e fazer aliança com as comunidades nativas visando a posse de certas regiões que ao longo do período de colonização iam sendo invadidas.

Observamos também que os novos invasores faziam alianças com os nativos sempre com o intuito de tirar proveito dessa situação, visto que os indígenas, além de conhecer o território muito bem, ainda serviam como mão de obra na realização das feitorias, nas coletas das chamadas *drogas do sertão*, que eram produtos extraídos da floresta amazônica e que tinham um valor bem relativo na Europa, além de serem utilizados no desenvolvimento da agricultura. A partir deste pressuposto, podemos inferir que os indígenas serviram como força motriz para o sucesso do desenvolvimento da região Amazônica.

De acordo com Wehling (1999, p. 76):

A grande quantidade de expedições ao interior nos séculos coloniais levou historiadores – e, sobretudo [...] à classificação genérica de “entrada” e “bandeiras”, distinguindo-as como sendo, respectivamente, oficiais ou particulares, respeitadoras ou não do Tratado de Tordesilhas, realizadas no século XVI ou em séculos posteriores. Essa distinção se revela imprópria por vários motivos, inclusive pelo fato do tratado jamais haver sido demarcado, desconhecendo-se assim os reais limites que ele determinou.

Deste modo, com o avanço da colonização, em meados do final do século XVI, a Amazônia foi percorrida por outras nacionalidades atraídas pela perspectiva de riquezas imediatas realizadas através da descoberta e da exploração do território. Diante disso, outros países europeus buscavam de alguma maneira tirar proveito dessa situação e em pouco tempo acabaram ocupando uma área bastante ampla contando sempre com a ajuda dos nativos que conheciam a região muito bem.

O território ocupado era bastante vasto, estendendo-se do litoral maranhense ao norte do atual estado do Tocantins. Os franceses dominaram também quase todo o leste do Pará e boa parte da região que hoje é o Amapá. Foram muitas as colônias criadas, como Cameté, nas margens do rio Tocantins, e outras que alcançaram a foz do Araguaia. A reação de Portugal foi proporcional à extensão do ataque. As tropas lusitanas se reuniram na capitania de Pernambuco, entraram no povoado de ‘Saint Louis’ e as operações culminaram com a capitulação dos franceses [...] Os franceses não se deram por vencidos e fizeram nova tentativa de colonizar a foz do Amazonas, de onde foram igualmente expulsos (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 57-58).

Como as atenções portuguesas e espanholas estavam voltadas para outras regiões e deixavam as terras mais distantes sem fiscalizações, restou aos novos invasores explorar as regiões do interior, que até então eram mais afastadas e tinham menos acesso de colonizadores.

Entretanto, com base no acordo de divisão de terras entre a Espanha e Portugal, este território na concepção dos “descobridores” pertencia aos espanhóis e incumbia a eles o papel de “descobrir”⁹ e explorar as terras da Amazônia, todavia, deslumbrados pelo sonho de riquezas inimagináveis, em um paraíso exótico, muitos outros europeus acabaram adentrando na Amazônia com o intuito de explorá-la economicamente.

De acordo Fernandes (2015, p. 8):

⁹ A Amazônia não foi descoberta conforme muitos documentos históricos, antes da chegada dos europeus esta região já era habitada por diversas comunidades indígenas. “A Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajante e comerciantes. Nesse bojo, inclui-se ainda, a mitologia indiana que, a par de uma natureza variada, delicia e apavora os homens medievais. A tal conjunto de maravilhas anexam-se as monstruosidades animais e corporais, incluídas tão somente enquanto oposição ao homem considerado como adamita normal e habitantes de um mundo delimitado por fronteiras orientadas por tradições religiosas” (GONDIM, 1994).

Independente da finalidade com a qual, os diferentes grupos colonizadores se estabeleceram na Amazônia, essa região se modelou no calor das descobertas e tornou-se palco de intensos conflitos, que se originaram da luta entre os colonizadores, entre colonos e indígenas, entre as diversas etnias indígenas, entre colonos leigos e missionários e entre as próprias ordens missionárias. No entanto, esses conflitos giravam em torno da administração do contingente indígena e seus diversos interesses relacionados à vida espiritual e material dos mesmos. **A administração da mão de obra indígena era a principal razão desses conflitos** (grifos nosso).

Deste modo, diferentes conflitos de interesse se tornaram pauta de disputa entre os invasores que aos poucos foram adentrando na Amazônia com o intuito de estabelecer domínios econômicos. Esses conflitos surgiam tanto em virtude da posse da terra como também entre interesses mercantilistas e religiosos que disputavam a mão de obra das populações indígenas no desenvolvimento de suas atividades.

A partir desses interesses, buscavam-se braços para o desbravamento da floresta e isso era fornecido pelos nativos existentes em cada região explorada e ocupada pelos colonizadores que chegaram a este território com o intuito de conquistar e explorar suas riquezas e seus recursos naturais, conforme cita Souza (2009, p. 88):

Mas é justamente no final do século XVI que outros europeus vão redobrar suas tentativas de marcar presença na região. Ingleses, franceses, irlandeses e holandeses vão aparecer e fundar fortificações e povoados. Desde 1595, depois da primeira viagem de sir Walter Raleigh ao Orenoco, os ingleses demonstraram interesse em estabelecer plantações na Amazônia. Os primeiros¹⁰, no entanto, seriam os holandeses. Em 1599, eles navegaram sem problemas através do rio Amazonas e estabeleceram dois fortes: Orange e Nassau, no rio Xingu. Começaram a plantar açúcar e tabaco e a estabelecer contatos pacíficos com os índios. Em 1604 é a vez dos ingleses se estabelecerem no Orenoco e, em 1610, sir Thomas Roe navega rio Amazonas acima, criando duas colônias na boca do rio. Assim, por volta de 1620, várias povoações de europeus podiam ser encontradas na Amazônia Oriental, tais como a dos irlandeses na ilha dos Porcos, a dos ingleses no rio Jari e Paru, os franceses no Maranhão, e os holandeses nos rios Gurupá e Xingu.

Desta maneira, percebemos que outros países também passaram a cobiçar o território amazônico e aos poucos esta região foi se revelando ao mundo e se tornando conhecida pelos conquistadores. Como os espanhóis estavam mais preocupados em encontrar o lendário El Dorado e também na utopia em descobrir o país das canelas, sem povoar e sem criar fortificações, outros passaram a explorar este território e foram construindo feitorias e

¹⁰ Os primeiros colonos: Contrariando as crônicas da conquista da América, não foram os espanhóis ou portugueses os primeiros europeus a tentar um modelo de colonização na Amazônia. Foram, surpreendentemente, os alemães. Em 1528, o imperador Carlos V, da Espanha, outorgou aos comerciantes da cidade de Augsburg o direito de posse de uma parte da costa da Venezuela. Os alemães ali se estabeleceram sob a direção de Ambrosio de Alfinger, que dois anos depois comandou uma expedição de 200 espanhóis e alemães em direção a Amazônia. [...]. Em 1541, outro alemão, de nome Philip von Hutten, viajou pelo rio Caquetá, por onde perambulou quase um ano, [...]. No mesmo ano, as autoridades espanholas retiraram dos alemães a concessão daquele território, encerrando assim, a participação teutônica na conquista da Amazônia (SOUZA, 2007).

marcando presença na tentativa de assegurar o domínio daquele lugar. Os franceses, por exemplo, após conquistarem Caiena, seguiram para o Maranhão, no qual ocuparam e permaneceram lá de 1612 até 1615.

De acordo com Rezende (2006, p. 41) em sua tese de doutorado intitulada *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*:

Os espanhóis buscavam rendimentos mais imediatos e seguros. No século XVI, e na primeira metade do século XVII, a ocupação pelos espanhóis do vale do Amazonas não ultrapassou as regiões mais próximas da cidade de Quito, na antiga província de Maquiparo, próximas as regiões dos Rios Napo e Javari – as chamadas províncias do iquitos, omáguas e pebas.

Podemos inferir que, a princípio, os espanhóis não tinham interesse imediato de colonizar todo o território amazônico e estavam mais interessados em explorar outras regiões do continente americano em busca de riquezas através da extração de metais preciosos, de certo modo, isso contribuiu para que outros países também explorassem o território da Amazônia, inclusive Portugal, conforme veremos adiante.

Souza (2009, p. 88), afirma que:

No final do século XVI, os espanhóis pareciam cansados e pouco preocupados com a Amazônia. Trabalhavam arduamente para manter e fazer prosperar suas colônias sul-americanas e caribenhas, enquanto os portugueses se mostravam mais interessados em suas povoações no litoral do Brasil.

Percebemos que o sonho do El Dorado acaba frustrando os espanhóis, e todo aquele discurso fantasioso sobre a Amazônia, acaba se perdendo à medida que os exploradores avançavam e se deparavam com os perigos e com os desafios que a floresta apresentava, afinal, eles não tinham os mesmos conhecimentos sobre a mata assim como os nativos. Já os portugueses até então, ainda estavam mais interessados nas regiões litorâneas, na qual desenvolviam os plantios de cana-de-açúcar em larga escala, como mencionamos anteriormente no texto.

Segundo Gondim (2007, p. 98), “pretendendo conquistar as terras do Eldorado e da canela, depois de setenta dias de marcha, somente encontrou poucas e dispersas árvores dessa especiaria”, e, com isso, os espanhóis acabaram se desanimando e passaram a manter apenas as colônias sul-americanas, conforme citado anteriormente. Entretanto, os discursos lendários de uma floresta exuberante e exótica continuaram e influenciaram o pensamento de outros países europeus que logo se interessaram em participar dessa aventura na selva amazônica.

E de acordo com Rezende (2006, p. 44):

Quase que de imediato, após a divulgação dessas lendas, ingleses e holandeses, que disputavam os domínios da América com os Ibéricos, entregaram-se a exploração do Amazonas. No final do século XVI, o monopólio ibérico sobre a América era cada vez mais contestado [...]. Em fins do século XVI, passado o tempo dos caçadores de tesouros lendários, pescadores e comerciantes procuram obter vantagem econômica, nessa vasta e pouco conhecida região, lançando as primeiras bases implantações coloniais por meio do levantamento de feitorias e pequenos fortes.

Deste modo, os invasores, na tentativa de assegurar o domínio das terras Amazônicas e continuar explorando economicamente este território, começaram a construir feitorias e a disputa pelo território só aumentava. Ainda de acordo com Rezende (2006, p. 46), “no final do século XVI a Amazônia era explorada e ocupada, em sua maioria, por holandeses e ingleses”, uma vez que os portugueses ainda não se interessavam por este território e estavam mais interessados nas terras do atual estado de Pernambuco, no qual realizavam plantios de cana-de-açúcar e desenvolviam seus engenhos açucareiros.

Em contrapartida, outros invasores continuavam o processo de exploração e ocupação da Amazônia e de acordo com Souza (2009, p. 88), “várias povoações de europeus podiam ser encontradas na Amazônia [...], tais como a dos irlandeses na ilha dos Porcos, a dos ingleses nos rios Jari e Peru, os franceses no Maranhão, e os holandeses nos rios Gurupá e Xingu”. E com base em fontes históricas, toda essa disputa entre os países europeus pela ocupação e exploração da Amazônia acabou contribuindo para um problema geopolítico¹¹, ocorrido por volta do final do século XVI e início do século XVII. Segundo Francisco Jorge dos Santos (2002, p.15):

Os franceses instalados em Caiena desciam em incursão pelo Cabo Norte (atual Amapá), foz do Amazonas, até alcançar o Maranhão, onde fundaram São Luiz, em 1612. Além disso constituía uma possessão ambígua, ou como quer Caio Prado Junior, “de soberania duvidosa”, uma vez que Portugal se encontrava sob o patrocínio da Coroa filipina (1580-1640). Configurava, assim, um problema geopolítico em relação aos espanhóis, com identificação dos limites dos domínios territoriais de Portugal e Espanha.

De acordo com documentos históricos e com base nos relatos de Santos (2002), por volta do início do século XVII, aconteceu uma ligação entre Portugal e Espanha e essa relação

¹¹ Nos primeiros duzentos e cinquenta anos, portanto, até o Tratado de Madri, em 1750, os questionamentos geopolíticos sobre a Amazônia cingiram-se à amplitude e tipificação do seu domínio por Portugal e Espanha. Nos anos subsequentes as discussões sobre a geopolítica amazônica adquiriram dimensões internacionais, suscitadas sempre pelos países europeus e pelos Estados Unidos da América do Norte, alicerçadas em razões (ou pretextos) as mais variadas. É necessário abrir aqui um parêntese para esclarecer que as discussões geopolíticas incidem, ora sobre o domínio da Amazônia em si, ora sobre a amplitude desse domínio (Fonte: Nelson de Figueiredo RIBEIRO, 2005, p. 36-37).

ambígua ficou conhecida como União Ibérica¹². Esse fato se deu após a morte do rei de Portugal, no qual o rei da Espanha acabou reivindicando o trono português e assim aconteceu a unificação das coroas espanholas e portuguesas. E de acordo com Schwarcz e Starling (2015), além de passar o trono de Portugal para a Espanha, os portugueses ainda tiveram que assumir os inimigos dos espanhóis.

A partir da união das coroas ibéricas, Portugal acabou sendo governada pelo rei da Espanha e, deste modo, o acordo firmado pelo Tratado de Tordesilhas acabou sendo posto de lado. Após a morte do rei de Portugal em 1580, os portugueses ficaram unidos aos espanhóis até 1640 e, desta forma, as colônias portuguesas também ficaram sob o domínio da Espanha. E, deste modo, os portugueses aos poucos foram adentrando nas regiões que pertenciam aos espanhóis, visto que não existia mais nenhum impedimento que pudesse detê-los, e em pouco tempo acabaram avançando em grande extensão de terras.

De acordo com Costa e Farias (2009, p. 09):

Com a União Ibérica, as Coroas portuguesa e espanhola foram unificadas sob um único comando: o espanhol. Com isso, não existiam impedimentos legais que freassem os portugueses no seu afã de alargar os seus domínios ou estabelecer as bases de defesa do seu espaço colonial no Novo Mundo. Para isso, valeram-se das entradas, bandeiras e missões, que lhes possibilitaram se estender por um vasto território, que no Tratado de Tordesilhas pertencia à Espanha [...].

A expansão portuguesa pelo interior no Norte-Nordeste, através das entradas; pelo canto-oeste, sul e norte, através das bandeiras; pela Amazônia, através das fortificações e das missões religiosas, alargou, sobremaneira, as suas possessões na América do Sul em detrimento das possessões espanholas.

Desta forma, a unificação das duas coroas acabou contribuindo para o avanço dos portugueses em direção ao interior da América, chegando assim até a Amazônia e tornando sem efeito o Tratado imaginário que existia entre Portugal e Espanha e que separava determinados territórios. O resultado disso, em longo prazo, foi a presença de portugueses em “territórios espanhóis”.

Toda essa disputa pela exploração das riquezas da Amazônia também atraíram a atenção dos portugueses que logo trataram de agir. Portugal foi quem mais soube tirar

¹² Dados históricos apontam que União Ibérica iniciou-se por causa de uma crise dinástica que atingiu Portugal no final do século XVI. Tudo se iniciou quando o rei D. Sebastião desapareceu durante a batalha de Alcácer-Quibir, batalha travada entre portugueses e marroquinos em 1578. O corpo do rei português nunca foi encontrado. Assim, supôs-se, na época, que o rei havia morrido. Com isso, o rei da Espanha acabou reivindicando o trono e passou a ser também, o rei de Portugal. Com a coroação, Filipe II passou a ser conhecido como Filipe I de Portugal e II da Espanha, acumulando o trono das duas nações. Em 1580, iniciou a União Ibérica. A administração de Portugal e de suas colônias pelos espanhóis foi caracterizada pela cautela. Primeiramente, com a União Ibérica, teve fim a divisão imaginária que separava os territórios na América entre portugueses e espanhóis. Com o fim da divisão imposta pelo Tratado de Tordesilhas, tanto portugueses como espanhóis tiveram livre acesso a territórios que, até então, não podiam penetrar.

proveito desse processo de ocupação, exploração e domínio de terras, começando pelo avanço sobre as áreas que supostamente pertenciam a Espanha a partir da unificação das duas coroas, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

ÍNDIOS DA AMAZÔNIA: COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

“Distâncias oceânicas distorciam práticas, tradições e ordens: do mar ao oceano, do próximo ao distante, da sombra ao sol, eis-nos de volta à metáfora de Vieira”.
(Laura de Mello e Souza, 2006)

A violência é a parteira de toda a sociedade velha que leva em suas entranhas outra nova.
(Marx)

Neste capítulo, analisamos a empreitada colonizadora portuguesa na região amazônica durante o processo de expansão colonial, que ultrapassou as fronteiras do Tratado de Tordesilhas, após o término da unificação das Coroas Ibéricas. Na Amazônia este processo causou grandes transformações não só culturais, mas também demograficamente, uma vez que a colonização ocasionou a extinção de diversas comunidades indígenas que ocupavam estas terras há milhares de anos, como é o caso da etnia Manau¹³ que durante o embate com o colonizador português foi totalmente extinta, como veremos mais adiante.

Deste modo, buscamos valorizar a participação dos nativos, e a atuação destes povos em relação ao discurso oficial, refletindo sobre as diversas formas de resistências que estes desenvolveram ao longo de séculos para se defender das investidas do homem branco, tendo em vista que o avanço colonial não se fez sem resistências e sem conflitos.

Os europeus, além de invadir as terras que pertenciam aos nativos, ainda buscaram dominar e escravizar estes habitantes e usá-los em seu projeto colonial. Por isso, buscamos enfatizar algumas reações dos povos indígenas da região amazônica diante das incursões europeias em seu território, destacando as diversas formas de organização indígena contra as práticas dominadoras impostas pelo colonizador.

Diante disso, analisamos também a busca dos colonizadores pela força de trabalho dos nativos que era imprescindível para o avanço colonial, conforme já citamos, e as formas de recrutamento da mão de obra desses nativos que culminaram em diversos conflitos entre o homem branco e os indígenas desta região. Neste sentido, buscamos entender os principais motivos que desencadearam tensões entre brancos e as etnias indígenas, tendo em vista que

¹³ “Os manãos constituíam o grupo étnico mais importante da área, habitando as duas margens do baixo rio Negro, desde a foz do rio Branco até a ilha de Timoni. No momento da invasão colonial pareciam estar em pleno processo de expansão territorial em direção ao Oeste, espalhando-se pela região do rio Japurá”. (FREIRE *Apud* SANTOS, 2002, p. 28).

alguns historiadores defendem que este conflito se deu a partir da implantação dos aldeamentos coloniais administrados, na maioria das vezes, por missionários Jesuítas e Carmelitas, assim como outros estudiosos defendem que os conflitos surgiram pela necessidade de se obter mão de obra da população indígena.

Fato é que as etnias da região amazônica criaram diversas estratégias para se defender dos invasores europeus que, de uma forma ou de outra, buscavam aprisionar os nativos e tirar proveito dessa situação.

2.1 Os portugueses e a empreitada colonizadora na Amazônia

Conforme citado no capítulo anterior, após a união das Coroas Ibéricas os portugueses passaram a explorar livremente o território que pertencia aos espanhóis em virtude do Tratado firmado entre as Coroas antes da unificação. Os países europeus, mais precisamente Portugal e Espanha, através dos missionários cristãos e intelectuais do século XVI e XVII, foram os principais protagonistas das expedições que adentraram e retrataram à região amazônica em busca de um território desconhecido que, hipoteticamente, os conduziria a descoberta de aventuras e riquezas inimagináveis.

Entretanto, conforme citado anteriormente, Portugal foi aquela que mais se beneficiou de tudo isso, além de lutar ao lado dos espanhóis contra seus inimigos comuns, os portugueses também se aproveitaram da união das Coroas para adentrar nos territórios que pertenciam aos espanhóis. A partir deste pressuposto, o século XVII ficou marcado pelo avanço da expansão colonial portuguesa nas regiões interioranas da América, sobretudo o avanço colonial na Amazônia, rompeu com a linha imaginária que separavam as terras distribuídas entre Portugal e Espanha.

De acordo com Rezende (2006, p. 52):

De acordo com o Tratado de Tordesilhas, os domínios de Portugal na extremidade da América do Sul reduziam-se a estreita faixa de terra no delta Rio Amazonas. Entretanto, demasiadamente absorvida pelas preocupações de controlar as riquezas de Potosí, que financiavam as políticas expansionistas na Europa, a Espanha pouco se preocupou com a defesa das extremidades dos seus territórios sul americanos. O litoral Amazônico, conforme indica Aziz Nacib Ab'Saber, uma imensa faixa litorânea [...] passaria ao controle português.

Desta maneira, em pouco tempo, a empreitada colonizadora portuguesa estava armada em direção a Amazônia, e ao contrário de outros europeus que tentaram sem sucesso colonizar este território, os portugueses além de contar com a superioridade de suas armas,

contavam também com o viés ideológico, através das ações missionárias que tiveram um papel fundamental durante o avanço da colonização, e que muitos historiadores acreditam que sem este mecanismo, provavelmente, a colonização não teria tido o sucesso que os colonizadores esperavam.

[...] a ocupação lusitana da Amazônia só começou efetivamente no ano de 1616, quando os portugueses fundaram uma fortaleza no lugar onde teve início a cidade de Belém do Pará. O capitão Alexandre de Moura, comandante das tropas portuguesas sediadas em São Luíz, no Maranhão, depois de vencer os franceses, determinou o prosseguimento da conquista até o Amazonas [...] O contingente militar português desembarcou em terras Amazônica em 1616 sem encontrar a menor oposição dos nativos que ali viviam há milhares de anos (SANTOS, 2002, p. 14).

A partir da expulsão dos franceses se daria início, efetivamente ao processo de colonização da Amazônia pelos portugueses, através da fundação de uma fortaleza em Belém do Pará motivada por interesses políticos que visavam assegurar o controle da extensa região. Ainda de acordo com Santos (2002, p.15), “a Amazônia significava para os portugueses apenas um problema militar” que visava fechar as fronteiras dessa região, dificultando o acesso dos invasores. Entretanto, Oliveira (2001), afirma que os portugueses não viam a Amazônia unicamente como um problema militar, mas sim como um território no qual se podia adquirir boas fontes de riqueza através da posse desta região, conforme citação abaixo:

[...] a motivação portuguesa não estava somente na intenção de expulsar os invasores de suas posses continentais. A Amazônia, para os lusos, era vista por um vasto território cujos limites não eram ao certo bem sabidos e onde continha uma imensa fonte de riqueza em mão de obra na sua "inexaurível" população nativa e nos seus variados recursos naturais, ou seja, duas coisas preciosas para o sistema colonial implantado pelos portugueses naquela Colônia (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

A partir deste ponto de vista, os colonizadores portugueses além de expulsar os inimigos espanhóis, também ambicionavam a posse das terras com intuito de explorá-las economicamente assim como outras nações europeias vinham fazendo há muito tempo. Diante disso, os portugueses não se limitaram a espalhar fortificações, a fim de assegurar a posse das terras amazônicas.

Segundo Souza (2009, p. 92):

Os primeiros anos da feliz Lusitânia se passaram em constante espírito de vigilância, com os portugueses praticamente circunscrito ao Forte do Presépio, prontos para os constantes ataques dos Tupinambá, instigados pelos ingleses e holandeses [...] os Tupinambá eram índios, pela tradição das suas memórias, oriundos do Estado do Brasil e [...] ainda vacilavam na amizade dos portugueses, por se lembrarem das sinistras práticas dos seus primeiros hóspedes.

Deste modo, observamos que além da vigilância acirrada para combater a invasão das terras por outros europeus, os portugueses também tinham que ficar em constante vigilância, temendo o ataque dos nativos que receavam a presença dos lusitanos em suas terras em virtude da memória de seus antepassados, que outrora foram brutalmente massacrados. Santos (2002, p. 21) afirma que “o início dos conflitos entre índios e portugueses na Amazônia pode ter como marco o combate entre os “tapuias” do rio Caeté e os “poucos soldados” sob o comando de Pedro Teixeira”. Sobre os primeiros anos de colonização na Amazônia Hemming *apud* Rezende (2006, p. 65) afirma que:

[...] a situação inicial de colonização da Amazônia é quase anarquia, com permanentes conflitos de interesses entre os colonizadores e, sobretudo, uma época de muito sofrimento para os índios. Os colonos das vilas de Belém conquistaram as tribos ocupantes das margens dos rios que corriam para o norte do Pará, do baixo Tocantins e de outros rios entre ele e o Xingu. Algumas tribos foram atraídas para Belém com a promessa de receberem mercadorias; outras, simplesmente apressadas em ataques surpresas.

Observamos que com os constantes conflitos que variavam entre nações europeias, colonos e indígenas, existia também a indefinição sobre a posse das terras da região amazônica, uma vez que apesar do avanço dos portugueses seguir em direção as regiões interioranas, expulsando estrangeiros e fortificando essas regiões, não se pode esquecer que a Coroa Lusitana ainda estava sob o domínio da Espanha, e que todo esse processo de expansão se dava em nome de Deus e de Sua Majestade:

Assim, aproveitaram os lusitanos a oportunidade que as conveniências filipinas ofereciam, pondo seus marcos em território de fronteira para que, quando recuperassem sua independência, reclamassem o direito de conquista daqueles territórios. As ações do governador Noronha tiveram de original a grande amplitude de seu empreendimento, conseguindo abocanhar leonicamente a Amazônia para Portugal (UGARTE, 2001, p. 210).

A partir desta afirmação, observamos que apesar de todo avanço colonial, e mesmo estando “unidos” aos espanhóis, os portugueses tinham ambições muito maiores: tomar posse de toda a região que imaginariamente pertencia a Coroa Espanhola, e esse processo foi sendo concretizado na medida em que os portugueses atravessam a linha do Tratado. Após o fim da União Ibérica, em 1640, diversos conflitos foram travados para determinar a posse da região amazônica. Essa disputa se estendeu até o ano de 1750, quando Portugal finalmente assumiu a posse do referido território após a assinatura do Tratado de Madri que pôs fim ao Tratado de Tordesilhas.

Esse Tratado concretizou o desafio da ocupação efetiva das novas aquisições através da criação do Estado do Grão-Pará em 1751, através do qual se pretendia também consolidar o domínio português nas fronteiras do Norte e Sul do Brasil e também visava a integração dos índios à civilização portuguesa. De acordo com Santos (2002), estando os portugueses assentados em solos amazônicos, estes trataram logo de se desenvolver economicamente, utilizando-se de suas técnicas de plantio e da mão de obra nativa para a extração de recursos naturais, aos quais eram bem conhecidos pelos indígenas.

Definida a atividade econômica para manter oxigenado o comércio metropolitano – as tropas militares, os missionários, os moradores brancos na região – a força de trabalho, inicialmente não constituiu nenhum problema grave. Primeiro, na região havia um grande contingente de índios; segundo, os portugueses já vinham utilizando esse tipo de mão-de-obra desde o início da colonização do Brasil; e terceiro, quando a região entra na história de Portugal, o sistema de organização do trabalho indígena vigente era o “sistema de capitães de aldeia” (SANTOS, 2002, p. 18).

Deste modo, observamos que o sucesso da colonização portuguesa na Amazônia só teve êxito em virtude do grande número de indígenas que foram utilizados como força de trabalho na construção de fortificações e no desenvolvimento das colônias, uma vez que estes tinham um grande conhecimento sobre a floresta amazônica, conforme citado anteriormente. O conhecimento dos nativos sobre a região facilitava o acesso durante a busca por recursos econômicos que eram extraídos da natureza e que ajudaram no desenvolvimento da economia portuguesa durante o início da colonização.

De acordo com Oliveira (2001, p. 20-21):

[...] tão logo alojados no novo núcleo colonial, os portugueses passaram a realizar ali uma certa prática que já há muito faziam no nordeste desde o século anterior e, agora, transferiam-na e procuravam adaptá-la às condições daquele meio. Prática integrante e indispensável à dinâmica do sistema colonial, o uso da mão-de-obra escrava foi logo indiscriminadamente adotado como alternativa mais viável e prática aos interesses urgentes que reclamavam as necessidades da colonização na região naquele momento. Ante a numerosíssima população indígena local encontrada, os portugueses não hesitaram em pôr em ação as mesmas modalidades de trabalho compulsório que já haviam efetivado com o nativo do nordeste ao índio da Amazônia.

Observamos que durante todo o processo de colonização, os portugueses aplicaram simultaneamente os mesmos métodos coloniais, deste modo, na Amazônia isso não foi distinto, após a implantação do núcleo colonial, os colonizadores lusitanos não hesitaram em

aplicar as mesmas práticas já bastante conhecidas dos portugueses e utilizadas em outras regiões até mesmo fora do continente americano.

Os conquistadores portugueses ao longo do tempo acumularam uma ampla experiência nas Ilhas do Atlântico até a “descoberta” das terras do Brasil. Esse modelo de colonização implicava em submeter às populações nativas ao modelo de trabalho forçado para poder ter sucesso no desenvolvimento mercantilista. Estudos apontam que a princípio os europeus estabeleceram uma relação amistosa com os indígenas, conforme citado no capítulo anterior, mas sabemos que tudo isso girava em torno dos interesses comerciais dos conquistadores:

Não se deve chamar as descobertas de conquistas. Como queremos que sejam feitas pacificamente e caridosamente, não queremos que o uso da palavra ‘conquista’ sirva de desculpa para o emprego da força ou para os danos causados ao índio. [...] Trar-se-á de obter informações sobre as várias nações, línguas, seitas e grupos de naturais que há na província, assim como sobre os senhores a quem essas populações obedecem. Feito isso, usando a troca e o comércio como disfarce, estabelecer-se-ão com eles relações amistosas, manifestando muito amor, lisonjeando-os e distribuindo alguns presentes e pequenos objetos que possam interessar-lhes. E, sem demonstrar cobiça, [...] (TODOROV, 2010, p. 253).

Diante destas afirmações, observamos que a relação amistosa era usada apenas para disfarçar a cobiça dos europeus, e toda aquela boa vontade e esse “amor” cheio de controvérsias não passavam de interesses da empresa colonial portuguesa, que objetivava tomar posse das terras dos indígenas, explorar as riquezas naturais e ainda torná-los escravos. A partir desta afirmação, observamos que os mesmos nativos que eram vistos com inferioridade e tratados com adjetivos preconceituosos, tornavam-se amigáveis quando agiam de acordo com a vontade do colonizador.

Porém, Silvano Santiago (1980) alega que isso se tratava de uma falsa cordialidade, pois a amizade só existia enquanto o colonizado fosse submisso e agisse de acordo com a vontade do colonizador, e enquanto seus trabalhos dessem lucros à empresa colonial. Aqueles que não se submetessem ao poder dos “conquistadores” eram tratados como inimigos e acabavam sendo submetidos a todos os tipos de torturas.

A respeito da falsa cordialidade, Santiago (1980, p. 2), faz o seguinte comentário: [...] a espada e a falsa cordialidade. “A falsa cordialidade diz: seremos amigos, desde que você me obedeça; a espada continua: se você não me obedecer, o ferro e o fogo; e o espírito ganancioso arremata: vale a empresa, enquanto der lucro”.

Desta maneira, a medida que os interesses portugueses aumentavam, mudava-se também a relação entre o homem europeu e homem indígena. Observamos anteriormente que apesar da estranheza com que os indígenas foram vistos pelo homem branco, aqueles, apesar

de inúmeros massacres que sofreram nos primeiros contatos, buscaram ter algum tipo de relacionamento com os exploradores, em virtude dos objetos que recebiam em troca de seus trabalhos.

A troca, apesar de ser desigual, agradava as comunidades indígenas, visto que eles desconheciam tais objetos até aquele momento, mas com o passar do tempo estes objetos acabaram perdendo o valor e os nativos já não aceitavam mais trabalhar em troca de bugigangas.

[...] os portugueses ligaram-se intensamente às índias e adotaram muitos dos seus costumes. Precisamente na questão das relações econômicas, Varnhagen traça os passos pelos quais **os portugueses obtiveram dos indígenas tudo o que necessitavam. Primeiro, porque eram fracos e escassos, trataram, os nativos com grande cautela, e, é claro, com temor, pois nada sabiam a seu respeito e não se sentiam suficientemente fortes para enfrentar a hostilidade dos naturais da terra.** Levavam consigo muita coisa que os índios cobiçavam pela novidade ou pelo brilho, e tudo isso ofereceram para induzir os índios a trabalhar para eles. A princípio não se envergonharam de trabalhar lado a lado com os índios de boa paz no indispensável trabalho de abrir clareiras na terra e estaquear as primeiras habitações. O segundo passo foi o da escravidão, quando, fosse por que fosse, as missangas e quinquilharias deixaram de atrair os índios (MARCHANT, 1980, p. 27 grifos nosso).

Conforme citamos anteriormente, durante a chegada dos europeus nas terras recém-descobertas, estes buscaram alianças com os indígenas em troca de pequenos objetos, uma vez que estes necessitavam do auxílio dos nativos para poder ter sucesso no seu projeto expansionista. Entretanto, com o passar do tempo, os indígenas acabaram sendo obrigados a produzir muito mais do que produziam antes, isso significa que com o avanço da colonização e com a implantação da agricultura neste território, os trabalhos passaram a ser em larga escala, obrigando os nativos trabalharem cada vez mais, passando ao trabalho compulsório.

Com base na citação acima, observamos que apesar de achar as populações nativas inferiores pela maneira como estes viviam, os colonizadores, ambiciosos, escondiam suas verdadeiras intenções quando lhes era conveniente e, a princípio, não se importaram em trabalhar lado a lado com os indígenas.

Todavia, aos poucos, os nativos foram perdendo interesse em ajudar os invasores e se demonstravam menos interessados ainda em fazer escambo com os europeus, o que fez com que os indígenas fossem vistos como “preguiçosos”, “insolentes” e outros tipos de adjetivos. Ainda com base na visão do colonizador em relação ao nativo, Ferlini (1992, p.19-20) afirma que “alegava-se ser o silvícola rebelde, e seu trabalho, pouco eficiente. Na verdade, o índio não era mais rebelde ou indolente do que qualquer outro ser humano submetido à escravidão”.

Desta forma, a partir do momento em que a troca entre europeu e indígena perdeu o sentido, buscou-se outras maneiras de obrigá-los a trabalhar compulsoriamente e, com isso, muitos nativos acabaram fugindo e se refugiando bem longe do homem branco. A partir daí, o nativo passou a ser visto como um inimigo a ser conquistado, tendo em vista que aos olhos dos invasores estes se tornaram um obstáculo no meio do processo colonial.

Sendo assim, a empresa colonizadora estava em risco, o que dificultava o êxito da exploração das terras descobertas e, para isso, muitos mecanismos foram criados com o objetivo de escravizar as comunidades nativas, até guerras em nome de Deus foram usadas como desculpa para aprisionar os indígenas.

Conforme salienta Telma Mirian Moreira de Souza (2007, p. 19):

Contrariando todas as previsões negativas, os povos indígenas ao longo dos 500 anos de colonização elaboraram diferentes estratégias de resistência/sobrevivência e alcançaram as décadas, um considerável crescimento populacional, contrariando as perspectivas negativistas quanto a seu futuro como também exigiu novas teorias explicativas sobre esses fenômenos sociais.

A partir desta informação acerca das comunidades nativas, observamos que ao longo de todo processo colonial os indígenas lutaram para assegurar a posse de suas terras que outrora foram invadidas pelo homem europeu que se intitulava “conquistador” e tinha objetivos de escravizar seus habitantes e explorar todo e qualquer recurso que pudesse ser encontrado.

Desta maneira, conforme o projeto colonial avançava na região norte, surgem todos os tipos de conflitos entre os europeus e os indígenas que reagiram e resistiram o quanto puderam aos domínios portugueses, travando uma verdadeira batalha para não ser desapropriado de suas terras e para não se deixar escravizar pelo homem europeu.

Podemos apontar que, conforme a colonização avançava, aumentava-se também a procura por pessoas para trabalhar no desenvolvimento da agricultura ou em outras esferas de trabalho conforme necessidades dos invasores. A colaboração passiva dos nativos já não era mais possível e os colonos buscaram outros mecanismos para submeter às etnias locais e assegurar o domínio de sua mão de obra.

Nesta perspectiva, o trabalho indígena era essencial tanto nas lavouras quanto na extração de recursos naturais, assim como na construção de vilas e cidades, uma vez que os colonizadores não tinham colonos suficientes para dar conta destes trabalhos.

De acordo com Souza (2007, p. 30):

A fim de assegurar mão-de-obra, [...] os portugueses passaram do escambo para a escravidão. Nesse processo, também o índio tornava-se mais exigente com o pagamento de seu trabalho. Não mais satisfeito com as quinquilharias recebidas, **ele direcionava suas necessidades para as ferragens e armas de fogo.** [...] A necessidade da mão-de-obra indígena nos canaviais e na produção de açúcar leva o colono a transformá-los em escravos, **inviabilizando a continuidade da satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência, ao mesmo tempo em que impediam seu acesso às cobiçadas ferramentas e armas novas.** Se não havia como obter bens desejados, **os indígenas não viam porque trabalhar no ritmo mercantilista,** o que os levou a desenvolver várias estratégias de resistência ao processo de dominação. (grifos nosso).

Desta maneira, observamos que a prática do escambo acabou se tornando um caminho para escravidão à medida que este se tornou inadequado para os europeus, sendo assim, a medida que os trabalhos proporcionados pelos invasores se tornavam mais complexos, os indígenas também se tornavam mais exigentes, e isso acabou não sendo mais bem visto pelos conquistadores que antes podiam contar com os trabalhos realizados pelos nativos sem nenhuma recusa.

Percebemos que durante o convívio destes com os colonizadores, os nativos observavam os costumes do europeu e, assim, passaram a se interessar por armas de fogo, tendo em vista o seu grande potencial no trato com os inimigos e, deste modo, podemos inferir que estas armas serviriam para se proteger das crueldades impostas pelos homens ocidentais.

Observamos também que, apesar de necessitar do trabalho realizado pelas comunidades indígenas, o homem branco não estava mais disposto a negociar e agora tentava impor sua submissão de uma maneira ou de outra, ou seja, ou o nativo se submetia por conta própria ou seria submetido a força. De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 40): “a colonização levou à exploração do trabalho indígena e foi responsável por muita dizimação”.

Deste modo, vemos que a escravidão acabou contribuindo para a extinção de muitas comunidades nativas, uma vez que aqueles que se rebelavam contra os trabalhos compulsórios na maioria das vezes acabavam mortos, vencidos pela exaustão ou morriam de fome, trabalhando longas horas sem descanso e sem poder largar o trabalho para procurar seu próprio alimento, já que este não era fornecido aos “escravos” nativos.

A respeito das longas horas de trabalho impostas aos nativos, Todorov (2010, p. 170) afirma que:

[...] eram forçados a suportar fadigas e a executar trabalhos duros aos quais não estavam habituados, ficaram desesperados. Ou se suicidavam, ou então resolviam morrer de fome e faleciam de cansaço, recusando qualquer argumento, e até mesmo a violência, para se alimentarem.

Desta maneira, os indígenas passaram de livres a escravos com a chegada do homem europeu, e tudo aquilo que fazia sentido para eles agora já não fazia mais. Com o fim das trocas desiguais que aconteciam através do escambo, os nativos foram obrigados a trabalhar ao lado do colonizador mesmo contra sua vontade. Sendo assim, com a escravidão imposta pelo invasor restou aos povos indígenas uma tentativa desesperada de lutar para não se tornar cativo. Para isso, muitas etnias preferiram morrer a ter que viver sobre as regras estabelecidas pelo homem ocidental.

De acordo com Monteiro (2010, p. 11-13):

O homem amazônico era proprietário de tudo quanto o cercava: água, mata, frutas peixes, caça, era só levantar a mão e alcançar o objeto necessitado. Bastava-se a si mesmo, era autônomo e único proprietário do mundo farto. [...] O homem natural não necessitava oferecer satisfação a chefes hierárquicos, até que uma aventureira empresa o instaurasse na dependência de gente vinda de muito longe com ares de soberanos de mandonismo absoluto [...] O que o homem fazia de seu gosto e em horas de sua escolha, passou a fazer obrigado por homens armados [...] vigiado por cães de caça de acordo com uma lei mandada cumprir por um murubiçáua branco que residia do outro lado do mar [...] Tudo isso por vontade de um Rei ocioso que estava legislando lá de sua terra [...] que despachara aqueles colonos preguiçosos, aqueles surras violentos, aqueles padres corruptos [...] para mata-los, vigiar os cercados onde dezenas de homens, mulheres e crianças se comprimiam, molestados pelas pragas, morrendo de fome e de cansaço, de sede e de insolação (grifos nossos).

Com base nas informações acima, observamos que no que diz respeito a escravidão, antes da chegada do homem europeu, os nativos podiam usufruir livremente de tudo que a natureza produzia e assim como qualquer homem livre só fazia aquilo que lhe agradava, estes podiam caçar, pescar e até desenvolviam pequenas atividades relacionadas a agricultura, visto que este hábito não era muito frequente entre muitas comunidades indígenas.

Em virtude disso, a partir do momento em que houve o contato entre europeus e indígenas, o homem ocidental se intitulou superior às etnias existentes na Amazônia, e um verdadeiro embate passou a ser travado entre eles. Os nativos tiveram que se sujeitar aos desmandos do colonizador, perderam sua liberdade e foram tratados como animais em cativeiros e obrigados a trabalhar de forma desumana para enriquecer as nações europeias, especialmente Portugal.

De acordo com Antônio Carreira:

[...] os índios muito dificilmente se acomodavam [...] ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência era para atividades

menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade e sem vigilância e fiscalização de estranhos" (CARREIRA, 1988, p. 52).

Observamos que, por serem adeptos deste estilo de sobrevivência, é que os nativos foram chamados pelos invasores de “preguiçosos” e “inadequados” para as lavouras, mas nem por isso se tornaram indispensáveis para os trabalhos braçais. Em detrimento disso, em pouco tempo de colonização muitos nativos acabaram morrendo, em virtude dos tratamentos obtidos durante a execução de seus trabalhos.

Corroborando tal opinião, Todorov (2010) afirma que em relação as diferentes formas de extermínio das populações indígenas, estas podiam ocorrer da seguinte maneira: “por assassinato direto, por maus-tratos e por doenças” disseminadas pelo homem branco que também devastaram etnias inteiras, visto que os povos indígenas não tinham imunidade forte capaz de combater as doenças do branco e, principalmente, por se encontrarem totalmente debilitados quando adquiriam as doenças.

Por “maus-tratos”, entendo basicamente as condições de trabalho imposta [...] particularmente nas minas, mas não só nelas. Os colonizadores-conquistadores não tem tempo a perder, devem enriquecer imediatamente; conseqüentemente, impõem um ritmo de trabalho insuportável, sem nenhuma preocupação com a preservação da saúde e, portanto, da vida de seus operários; [...] Os primeiros colonizadores não dão atenção a isso, pois os conquistadores se seguem então com tal rapidez que a morte de uma população inteira não os deixa muito inquietos: é sempre possível trazer uma outra, das terras recentemente conquistadas (TODOROV, 2010, p. 193).

Deste modo, com a exploração dos trabalhos nativos, estes eram forçados a trabalhar e suportar todos os tipos de humilhações impostas por aqueles que se achavam seres superiores e que não aceitavam conviver de maneira igual com aqueles povos de hábitos e costumes diferentes. O nativo foi submetido de maneira cruel às ordens daquele que veio de além-mar, e se apossou das terras do *Outro* com o objetivo de explorá-la. Quanto ao índio, a este foi negado o direito de reconhecimento na qualidade de sujeito, de decidir o que fazer de sua vida, pois na visão do colonizador, estes não eram sujeitos e por isso não tinham o direito de decidir sobre nada.

À medida que ia se afirmando a hegemonia portuguesa na Amazônia, [...], os índios iam se tornando virtualmente pelos conquistadores extensão dos domínios pertencentes à Coroa, o que significava que a permanência indígena nas terras conquistadas era considerada como uma espécie de concessão real. Para o índio, portanto, não havia nenhum direito, só deveres. Tinham a obrigação de retribuir, por sua permanência nas terras usurpadas, com diversas colaborações: na guerra de conquista, no conhecimento da região e no trabalho da terra, tornando-se

essencialmente soldado, um "técnico ecológico"¹⁴ e sobretudo escravo. Em relação as duas primeiras atividades, o índio se oferecia às vezes de modo voluntário, mas o trabalho forçado era contra a sua cultura (OLIVEIRA, 2001, p. 24-25).

Observamos que o invasor assumiu o papel de proprietário legal das terras indígenas e submeteu seus habitantes aos quais julgava seres incapacitados para se autogovernar a um duro processo de escravidão. Além de terem sido usurpados, os nativos ainda tiveram que trabalhar forçadamente para poder permanecer em suas terras, destes foi retirado todo e qualquer direito que possuíam antes da chegada do homem europeu. De acordo com Edward Said (2011, p. 214): “havia um interessante leque de opções, todas fundadas no pressuposto da subordinação e vitimização do nativo. Uma delas é o prazer no uso do poder - o poder de observar, governar, controlar e tirar proveito de territórios”.

Sendo assim, com a chegada dos europeus, a vida dos indígenas jamais seria a mesma, principalmente com a imposição da força bruta para alcançar o sucesso do projeto de colonização das terras amazônicas. A partir desse ponto de vista, a única verdade que prevalece e que deve ser seguida com rigor é a do colonizador, que mais uma vez usava sua falsa “superioridade” para ditar as regras que deviam ser seguidas com rigidez, e aquele que tivesse a ousadia de desobedecer, acabava sendo punido por insubordinação e na maioria das vezes eram exterminados.

Deste modo, ao longo do tempo, criaram-se algumas leis que deveriam servir para proteger as populações indígenas e assim garantir seus direitos, entretanto, as leis que foram criadas serviam para assegurar ainda mais a mão de obra indígena, garantir a distribuição desta entre os colonizadores e disciplinar o seu recrutamento. Dentre essas, falaremos apenas da Carta de Lei de 10 de setembro de 1611, citada por Francisco Jorge dos Santos. Esta lei deveria servir para proteção ao indígena, entretanto, isso se tornou em mais um mecanismo de escravidão, visto que os próprios colonos passaram a decidir sobre a vida dos nativos:

[...] Carta de Lei de 10 de setembro de 1611. Nesse último aspecto, a lei introduziu a escravidão indígena legal dos índios e entregou aos colonos o controle total do processo de sua captura, seja através dos descimentos, dos resgates ou guerras justas. Em função dessas três diferentes formas de recrutamento, os índios seriam livres ou escravos (SANTOS, 2002, p.19).

Observamos que essa lei deveria servir para proteger os indígenas da escravidão e dos maus-tratos, entretanto, ela acabou contribuindo para a escravidão legal dos nativos, uma vez

¹⁴ De acordo com Oliveira (2001), este qualificou os indígenas como “técnico ecológico” em virtude de seu grande conhecimento em relação ao espaço natural (seu habitat) Amazônico.

que ela entregou aos colonos o controle da captura dos gentios¹⁵, com exceção daqueles que fossem capturados através dos descimentos¹⁶, dos resgates¹⁷ ou guerras justas¹⁸. Desta maneira, a Lei que proibia a escravidão dos indígenas no Brasil acabou tornando-se uma farsa e passou a existir apenas na teoria, pois na prática são os próprios colonos quem tem o poder de decidir sobre a liberdade dos indígenas, sendo assim, os nativos continuavam sendo escravos, mas agora existiam justificativas para torná-los cativos.

As ditas “guerras justas” cometidas contra os indígenas tinham autorização do Rei ou do governador geral, para punir as “ofensas” cometidas contra os colonizadores, ou contra aqueles que impediam o comércio com outras nações europeias.

De acordo com Veronica Prudente Costa:

Tal processo conflituoso foi iniciado durante o processo de colonização portuguesa, quando os índios foram submetidos às - guerras justas, ou seja, guerras contra os índios que não se submetiam aos interesses religiosos, políticos e econômicos dos colonizadores lusitanos. Em consequência dessas guerras, os índios tomavam-se escravos e eram vendidos na sede do Grão-Pará, em Belém e em outras colônias. Podemos dizer, em última instância, que o termo - guerras justas funciona como um eufemismo cínico para um amplo processo de dizimação indígena - a aniquilação do Outro (2013, p. 37).

Essas guerras justas, que de “justas” não tinham nada, impetradas contra as comunidades indígenas foram usadas pelo colonizador como um artifício para aprisionar os nativos que se recusavam a ser subjugados e moldados de acordo com as ordens coloniais. A partir deste mecanismo, eles eram aprisionados e vendidos nos centros urbanos como escravos e usados conforme as vontades de seus “donos”. Entre as três modalidades de recrutamentos indígenas aqui descritas, as guerras justas certamente foram aquelas mais bem articuladas pelo europeu, ou melhor, eram aquelas que mais davam vantagens aos invasores sobre o a vida do nativo.

Outra forma de escravizar os indígenas era através dos “resgates”, que ocorriam quando as tropas militares resgatavam os nativos das mãos de outras etnias rivais que após terem sido vencidos nas lutas intertribais serviriam de comida para seus inimigos, conforme a

¹⁵ Gentios: Para os colonizadores e os dicionários antigos e modernos é aquele que professa a religião pagã, idólatra, bárbaro, selvagem, gente baixa e outros adjetivos similares (SANTOS, 2002, p.24).

¹⁶ Descimento: Expedição no Brasil, em direção ao interior, que objetivava capturar índios para escravização. (Dicionário Houaiss).

¹⁷ Resgates: Na teoria o resgate dar-se-ia através da troca do prisioneiro por mercadorias ocidentais: era a permuta amigável em vez do rapto, mas nem por isso menos violenta. (SANTOS, 2002, p.25).

¹⁸ Guerras justas: Termo utilizado para capturar, prender e escravizar os índios que se rebelavam contra os colonizadores e não se deixavam dominar. Eram chamadas de justas porque eram legalizadas (SANTOS 2002. p. 24).

tradição de alguns povos indígenas, no entanto, quando estavam prestes a serem sacrificados chegava o colonizador europeu e pagavam pela sua “liberdade”:

Por volta dos anos que antecederam a década de 1650, tais mudanças trouxeram, decerto, um aumento no fluxo de cativos, através de sucessivas entradas ao sertão, as quais foram reduzindo boa parte da população nativa e virtualmente todas as tribos do baixo Amazonas, por meio das tropas de resgate, que surgiu como forma predominante de atração e captação de mão-de-obra indígena na Amazônia colonial. Tais tropas, através de “álvaras de resgates” devidamente requeridos pelos colonos e licenciados pelas autoridades régias e religiosas, visavam *resgatar* “índios” (OLIVEIRA, 2001, p. 30).

As tropas de resgate eram organizadas por militares ou paramilitares que tinham o papel de resgatar os índios das mãos de outras etnias com o argumento de salvar esses indígenas que tinham sido vencidos durante as guerras intertribais, conforme citado anteriormente. Entretanto, o colonizador surgia como salvador e pagava por este nativo que agora se tornara cativo e podia ser escravizado por cerca de 10 anos. No entanto, Fragoso e Gouvêa (2014, p. 190) afirmam que “a Carta Regia de 1611 chegando a defini-la em dez anos (mas, a depender dos valores atribuídos a tal período poderia ser estendido sem a possibilidade de contestação). A fuga era punida com severidade”.

A partir daí o indígena tornava-se propriedade do colonizador, que poderia fazer com ele o que bem entendesse, e de acordo com Valadão (1991) esse comércio da mão de obra indígena “resgatada” começou na Capitania de São Vicente, onde os próprios portugueses incentivavam seus aliados a guerrearem contra outras etnias rivais, e essas etnias aliadas ao colonizador começaram a mudar o destino de seus prisioneiros, ao invés de sacrificá-los, acabavam os trocando por mercadorias com os portugueses.

O modo de ver dos lusos os padrões das sociedades indígenas amazônicas, a significativa presença européia na Amazônia por razões de concorrência e disputa territorial, em que um relevante aspecto político-econômico estava em jogo: os efeitos provocados pelo mercantilismo, levou à região encarniçadas lutas de interesses etno-nacionais, o qual acarretou no envolvimento da realidade e do mundo indígenas na realidade e conjuntura européia naquele momento de expansão mercantil. [...] Tudo isso favoreceu, decerto, às atitudes e ações portuguesas, em razão das guerras étnico-nacionais entre os colonizadores que se instalaram na região influenciarem de forma significativa as guerras étnico-tribais, pois tais colonizadores, tanto anglo-batavos como portugueses, cada um a seu modo, exploraram as antigas divisões tribais para seus objetivos políticos e econômicos (OLIVEIRA, 2001, p. 22).

Sendo assim, os invasores acabavam se aproveitando das rivalidades que existiam entre determinadas etnias para incitá-las a guerra e, assim, adquiriam mão-de-obra escrava, e desta maneira, a Amazônia acabou se tornando palco de verdadeira carnificina humana. Além

das guerras intertribais, existiam também as guerras entre colonizadores e indígenas, uma vez que os invasores não aceitavam a insubordinação dos nativos e faziam de tudo para reduzi-los.

Além dessas modalidades de escravidão indígena, ainda existiam os “descimentos”, que de acordo com Santos (2002, p. 25) consistiam em duas modalidades: o primeiro voluntariamente, no qual o missionário se dirigia aos sertões para capturar os nativos e convencê-los a viver como “gente civilizada”, este era um acordo feito entre os missionários colonizadores e os chefes de cada etnia.

Na segunda forma de descimento era usando a força bruta e obrigando os indígenas a aceitarem a submissão imposta, o que implicava em uma mudança radical do modo de vida das etnias. Os indígenas capturados através dos descimentos, tanto os que vinham voluntariamente quanto os que eram trazidos por meio da força bruta, eram obrigados a viver em aldeamentos e recebiam o nome de índios aldeados¹⁹ e acabavam sendo divididos como mão de obra entre os missionários, a serviço de Sua Majestade e também dos colonos de cada localidade.

Os indígenas aldeados ou reduzidos que vinham de suas terras para as missões dos Jesuítas passavam a ser catequizados e educados de acordo com os costumes europeus, e lá passavam a trabalhar na agricultura como servos, conforme veremos mais adiante. Contudo, essa modalidade de recrutamento de mão de obra indígena não agradava muito aos colonizadores, uma vez que todo o trabalho dependia dos indígenas e isso acabou gerando conflitos com os religiosos.

Aos colonizadores, interessava muito mais o recrutamento através das ditas “guerras justas”, pois só assim teriam o poder absoluto sobre a vida dos indígenas e poderiam escravizá-los da maneira que quisessem.

De acordo com Santos (2012, p. 18-19):

O processo de captura da mão de obra nativa por meio dessas três modalidades eram na verdade, de verdadeiras caçadas humanas, que dizimaram grupos indígenas, notadamente no litoral e no vestíbulo fluvial da Amazônia Portuguesa [...] do litoral do Maranhão até Gurupá, no Amazonas, não havia mais índios tribais, e para obtê-los, era necessário ir busca-los muitas léguas pelo rio acima e nos seus afluentes.[...] obrigando os portugueses a penetrar mais e mais, no grande rio e nos seus tributários.

¹⁹ Índios aldeados ou reduzidos: eram considerados os indígenas que já estavam fora de suas aldeias de origem – por descimentos ou outras formas de recrutamentos – e que se encontravam misturados com outras etnias, nos aldeamentos próximos ou nos próprios núcleos coloniais administrados por agentes leigos ou religiosos do Estado Português. Portanto, já iniciados na fé cristã e portadores de alguns elementos da cultura ocidental. (SANTOS, 2002, p.26)

As caçadas humanas, juntamente com a coleta das drogas do sertão, estavam intimamente ligadas no alargamento da conquista do sertão amazônico, pois estas atividades possibilitaram aos portugueses empurrarem o marco de Tordesilhas cada vez mais para o oeste, até as fronteiras atuais.

Observamos que, apesar dos colonizadores irem devastando comunidades inteiras de nativos, isso nunca era o bastante, visto que os invasores podiam sempre ir atrás de outras etnias. A partir destas definições, percebemos que a lei que deveria proteger e libertar os indígenas da escravidão e dos abusos cometido pelos “conquistadores”, essa mesma lei acabava dando subterfúgios para que os indígenas continuassem sendo aprisionados. E todas essas três formas de recrutamento eram usadas para continuar escravizando os povos indígenas, entretanto, agora existia uma justificativa para torná-los escravos, as “guerras justas”, os resgates e os descimentos.

O índola, inocente e inofensivo, foi perseguido e caçado até o mais íntimo recesso de seu habitat silvestre, como se fora um animal qualquer. Assim a iniquidade triunfou, mas foi efêmero o seu domínio, pois terrível retribuição lhe reservou o homem das selvas. (AZEVEDO *apud* PINHEIRO, 2001, p. 46).

Com base na citação acima, observamos que os indígenas amazônicos foram caçados de tal maneira como se fosse uma fera que necessitava ser aniquilada. Toda essa fúria do homem europeu em relação aos nativos desencadeou um estado de guerra entre as nações indígenas e europeias. A partir disso, a Amazônia acabou se tornando um cenário de guerras com combates cada vez mais violentos e cruéis.

Acirravam-se as disputas pelo território e aumentava também a disputa entre os colonizadores e missionários, ambos disputando a mão de obra nativa, e no meio dessas disputas estavam os indígenas que resistiam para não se tornarem cativos e para defender sua cultura, além disso, lutavam também para defender suas terras dos domínios europeus. Diante dessa situação, os nativos só tinham dois caminhos a seguir, reagir à escravidão ou aceitá-la, e os indígenas preferiram enfrentar de frente as investidas coloniais, lutaram o quanto puderam para não se tornar cativo do homem branco.

Tal aventura redundará no choque da cultura europeia com a cultura nativa da região, ambas bastante diferenciadas [...] diríamos que a luta entre o índio amazônico e o português adventício, que representava a civilização europeia em plena revolução tecnológica, “é a luta da panela de ferro contra a panela de barro”. (Pierre Chaunu *Apud* SANTOS, 2002, p. 19).

Diante de toda a crueldade com que os nativos foram tratados pelos colonizadores e como uma tentativa de resistir à servidão imposta pelos europeus, às etnias passaram a resistir de todas as maneiras que podiam e ainda, de acordo com Santos (2002, p.19), “apesar da

desigualdade tecnológica em relação aos lusitanos, os índios não se encolheram, enfrentaram a invasão europeia e nos limites de suas possibilidades foram duros e terríveis”.

Desta forma, observamos que numa tentativa desesperada para salvar suas vidas e tentando recuperar sua liberdade que outrora foi retirada pelo invasor, os indígenas resolveram contra-atacar os intrusos que se instalaram em suas terras, aprisionaram seus familiares e os obrigou a aceitar os piores dos castigos.

As etnias começaram a se revoltar contra seus algozes e de acordo com fontes históricas, as reações dos nativos foram tão marcantes que acabaram se tornando uma ameaça perigosa para as Capitanias. Dentre as formas de resistência estavam às lutas armadas, as fugas em massa, o assassinato de colonizadores, as sabotagens nos trabalhos, os furtos aos vilarejos coloniais dentre outras.

[...] havia sinais de indisciplina e os índios aldeados começaram a perder o medo dos soldados. A desordem chegou a um ponto que os índios mataram alguns portugueses e cercaram o forte. Os índios contavam com a superioridade numérica e o conhecimento do terreno; os portugueses com armas de fogo e obsessão (SOUZA, 2009, p. 129).

Observamos que, apesar da desigualdade de suas armas, os indígenas estavam em vantagens em números de pessoas e também tinham vantagens sobre os conhecimentos acerca da região, os portugueses em contrapartida contavam com a superioridade de suas armas de fogo e com sua obsessão em caçadas nativas que quase sempre eram fatais.

Entretanto, os indígenas não desistiram de lutar por sua liberdade e, de acordo Schwarcz e Starling (2015, p. 65), “o mesmo conhecimento da terra acarretaram a fuga de muitos indígenas das áreas onde se dava o avanço dos colonizadores, com o objetivo de não se submeterem ao regime de trabalho forçado”. Diante da submissão, os nativos reagiram e lutaram contra a escravização e contra a tirania do homem europeu que subjogou as etnias que existiam na Amazônia e em outros territórios da América portuguesa.

A partir daí, foram iniciados diversos tipos de conflitos, pois os indígenas se recusavam a aceitar os domínios europeus, principalmente os domínios impostos pelos portugueses que colonizaram as terras amazônicas.

No começo do século XVIII, uma série de rebeliões indígenas ocorre na Amazônia, com os índios demonstrando mudanças em suas táticas militares e, pela primeira vez, utilizando armas de fogo. É claro que os índios nem sempre receberam os europeus de braços abertos; a norma, por sinal, era hostilidade e beligerância. Mas nos primeiros anos do século XVIII, os povos indígenas começam a esboçar novos tipos de resistência e oposição armada (SOUZA, 2009, p. 138).

À medida que a colonização avançava, os nativos também avançavam nas técnicas de resistências contra os europeus, a partir do momento em que eles se posicionavam e percebiam que o invasor não era amigo, estes buscaram enfrentar as imposições coloniais de todas as maneiras que conseguissem. Sendo assim, passaram a não temer a presença dos militares em suas terras e, como estes contatos, nem sempre foram passivos, os índios passaram a “atrapalhar” a invasão colonizadora diariamente.

As fugas passaram a ser constantes, assim como também os massacres de vilarejos inteiros e as recusas aos trabalhos impostos, deste modo, todas as formas de resistência também tinham o objetivo de recusar a servir os objetivos coloniais.

Diante da “rebeldia” dos nativos, os europeus buscaram engendrar outro mecanismo para tentar “domar” as etnias e fazê-las submissas diante das políticas coloniais, sendo assim, os portugueses lançaram uma nova arma para tentar anular todo e qualquer vestígio dos costumes e hábitos daquela vida “primitiva”, principalmente aquelas descritas como “bárbara” e “selvagem”.

A religião seria a garantia de sucesso das conquistas europeias sobre as terras desconhecidas, pois tinham total convicção que o plano de conversão daria certo e os indígenas se curvavam diante do colonizador. De acordo com Souza (2009, p. 109): “a ideologia do Cristianismo foi um dos motores dos descobrimentos, e sendo a Igreja parte integrante do poder ibérico, os métodos de colonização foram um equipamento cultural poderoso”. Continua o autor:

Os portugueses, mais do que os espanhóis, souberam manipular o Cristianismo como uma ideologia do mercantilismo, estreitando o corredor de observação dos relatores, eliminando sempre os pruridos iluministas que tentassem se infiltrar na visão da terra conquistada (SOUZA, 2009, p. 109).

A ideologia cristã tinha o interesse político-econômico que visava assegurar não só a posse das terras conquistadas, mas também de manter sobre seus domínios os nativos que eram tão essenciais no projeto de colonização, já que estes eram o motor que faziam girar as fontes econômicas dos conquistadores. Sobre este assunto, Manuela Carneiro da Cunha afirma que:

Os gentios cuja conversão justificava a própria presença europeia [...] eram a mão-de-obra sem a qual não se podia cultivar a terra, defende-la de ataques de inimigos tanto europeus quanto indígenas, enfim, sem a qual o projeto colonial era inviável [...] Os Jesuítas defendiam princípios religiosos e morais e, além disso, mantinham os índios [...] sob controle garantindo a paz na colônia. Os colonos garantiam o rendimento econômico da colônia, absolutamente vital para Portugal (CUNHA, 1992, p.116).

Desta forma, observamos que tudo girava em torno de interesses mercantilistas, que tentavam transformar a forma de vida nativa, almejando mantê-los de qualquer maneira sob seu controle de maneira que pudessem subjugar-los sem nenhuma interferência ou recusa. Nesse sentido, os indígenas eram utilizados de todas as maneiras, como guarda-costas, estes serviam como apoio aos militares que guarneciam as fronteiras de invasões. Os colonizadores estavam certos de que a conversão era uma arma em potencial capaz de sujeitar os nativos as suas ordens.

Embora muitos indígenas estivessem se convertendo, isso não significava que de tão imediato deixassem de lado o seu modo de viver e logo se curvassem diante do colonizador. Muitos foram obrigados a largar suas aldeias e viver em aldeamentos coloniais, mas muitos enfrentaram diversos tipos de maus-tratos e eram tratados até pior que os próprios escravos. Entretanto, novamente os nativos buscaram agir e reagir diante de todas as formas de dominação que surgissem ao longo dos séculos.

[...] é bom que se diga que essa “resistência” indígena ao processo de “civilização” extraída [...] não corresponde exatamente a uma suposta incapacidade nata ou cultural do índio de se adaptar ou de se relacionar com a cultura ocidental, como sugere o discurso oficial [...], mas às relações que os diversos grupos indígenas estabeleceram com os “brancos” e às diferentes respostas que eles mesmos deram ao processo de colonização. Contudo, não resta dúvida de que uma das faces mais nítidas desse processo foi a violência (MACIEL, 2015, p. 178).

A partir deste ponto de vista, observamos que se de um lado os colonizadores buscavam mecanismos para aprisionar os nativos e garantir seus sucessos econômicos, por outro lado os nativos também buscavam meios de reagir aos ataques advindos do europeu. Guerreavam contra as expedições militares que queriam obrigá-los a descer para os aldeamentos, fugiam dos aldeamentos para locais cada vez mais distantes, reagiam as guerras justas, e daí por diante a Amazônia passou a ser compreendida como um espaço de conflitos.

Com base neste pressuposto, observamos que da mesma maneira que os indígenas foram importantes para a estabilização da conquista colonial, ao mesmo tempo passaram a criar diversos obstáculos à sua expansão.

[...] os nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono que ia buscá-los em seus refúgios. Revidaram, então à altura indo assaltar os estabelecimentos dos brancos, e quando obtinham vitória, o que graças a seu elevado número, relativamente aos poucos colonos era freqüente, não deixavam pedra sobre pedra nos núcleos coloniais, destruindo tudo e todos que lhes caíam nas mãos (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 35).

Observamos que antes da chegada do homem branco os nativos já guerreavam entre si, entretanto esses embates intertribais não consideravam a escravidão de seus derrotados para fins lucrativos e produtivos, ao contrário dos colonizadores que escravizavam com estes fins. Mas conforme citação acima, as constantes fugas como meio de resistência que figuravam no princípio quando os nativos tinham medo da fúria do invasor, transformaram-se em terríveis guerras.

Os indígenas como bons guerreiros que eram passaram a enfrentar os usurpadores de forma cada vez mais violentas, em contrapartida os colonizadores caçavam os índios como animais selvagens na tentativa de punir os insultos aos núcleos coloniais que eram constantemente atacados e devastados.

Santos (2002, p. 26-27), afirma que:

No século XVIII, as modalidades de recrutamento da força do trabalho indígena continuavam, e sempre acompanhadas por combates, massacres e aprisionamentos. Por exemplo: em 1716, o governador do Pará autorizou uma expedição de guerra, sob o comando de João de Barros Guerra, ao rio Madeira, a qual teve como objetivo punir os índios da nação Torá. Depois da efetivação dos combates, esses índios foram aprisionados e reduzidos “a última consternação, pediram paz, que lhe foi concedida, com a condição de descerem e agregarem à aldeia de Abacaxis [...] Essa “punição” praticada aos indígenas foi, nada mais, nada menos que a reprimenda colonialista aos inúmeros ataques guerrilheiros que os Torás, efetuaram aos núcleos coloniais portugueses situados nos rios Canumã e Abacaxis, ambos na região [...] do rio Madeira. Certamente **tais investidas nativas não foram de natureza criminosa** como [...] eram justificados oficialmente tais empreendimentos militares, mas **apenas estavam resistindo à presença lusa, que aos poucos, [...] ia se instalando** (grifos nosso).

Com base nesses argumentos, observamos que os conflitos e as reações dos povos indígenas estavam ligados concomitantemente ao processo de desapropriação de suas terras e as políticas expansionistas europeias que exerciam o poder e o controle do território e relacionavam-se intimamente aos interesses econômicos que, através disso, lançou bases para a elaboração de justificativas para se declarar a guerra contra os índios e do uso da violência com o intuito de se obter a conquista das terras e das riquezas do território.

Deste modo, derrotados ou não, extintos ou catequizados, o que se propõe é demonstrar que os povos indígenas se lançaram para a guerra para contestarem a perda de suas terras e, também, pela manutenção de seus modos de viver. Apesar das investidas indígenas não terem o cunho criminoso como tentavam justificar os colonizadores durante os embates genocidas que eram perpetrados contra as etnias, estes foram vistos como seres cruéis e bárbaros em virtude dos ataques ao homem europeu.

De acordo com Francisco Jorge dos Santos (2002), ainda relatando sobre as guerras como forma de resistência, este afirma que uma das melhores representações de resistência e demonstração de que os indígenas são agentes de sua própria história, pode ser evidenciada na década de 1720 pela etnia Manau, que não se curvou aos interesses mercantilistas dos colonizadores portugueses e enfrentaram até os limites de suas forças as invasões e as lutas acometidas contra eles:

A cidade de Belém, na segunda década de XVIII, sofria de aguda falta de mão-de-obra indígena motivada pelos maus tratos e pela epidemia de varíola que devastou os “currais” de índios de suas adjacências. A resposta prática para o problema seria a expedição de tropas de resgates de índios para o lado oeste da Amazônia. Em 1723, o governador e capitão-general do Maranhão e do Pará, João da Maia da Gama [...] autorizou as tropas de resgates. A do rio Negro logo teve de enfrentar a resistência dos Manaus, que formavam uma espécie de barreira humana à penetração portuguesa na região [...] Devido a isso, a autoridade colonial instaurou um processo de devassa a fim de apurar os fatos e punir os culpados. [...] os Manaus foram considerados culpados e acusados de infidelidade para com a Coroa portuguesa, pois estariam praticando atividades comerciais de manufaturas e traficando escravos indígenas com os holandeses da fronteira do norte da colônia [...] O governador [...] imediatamente solicitou de Lisboa autorização para fazer uma ‘guerra justa’ contra os Manaus [...] Enquanto isso, no rio Negro, os Manaus sob liderança de Ajuricaba combatiam as tropas de resgates incessantemente. O governo, através dos Jesuítas, tentou uma negociação de paz, o que durou muito pouco, e logo as investidas dos índios do rio Negro contra os nascentes núcleos coloniais reiniciaram (SANTOS, 2002, p. 29-30).

A etnia Manau foi vista como um obstáculo a ser superado pelo Estado português, de maneira que eles se tornaram caso de guerra e, portanto, inimigo a ser combatido. Para alcançar os objetivos da colonização diante do indígena que reagia, ele era destituído da condição humana e desqualificado, passando a ser um animal feroz. Quando se tratava da resistência e, portanto, da guerra nativa, houve concordância entre autoridades e colonos quanto aos meios usados para se domar a terra e domar os povos que nela viviam, inclusive, por meio da guerra que na visão do homem ocidental tornava-se justa.

Esses nativos também foram acusados de se aperfeiçoar no tráfico de escravos e de fazer alianças com os invasores holandeses com quem mantinham um comércio de produtos naturais pelo rio Branco, mas o principal produto a ser comercializado eram os próprios indígenas de outras etnias que eram capturados e vendidos.

De acordo com Maciel (2015), este fato despertou a fúria dos portugueses que combateram a etnia Manau de forma impiedosa e acabaram lhes derrotando militarmente com uma guerra justa de grande repercussão. Ainda de acordo com Maciel (2015, p. 199-200) “a guerra contra os Manau demonstra duas fases desse processo de colonização da região: de um

lado os interesses coloniais nos territórios, no comércio e na mão de obra dos índios e, de outro lado, os interesses e a participação dos índios nesse processo”.

Ao longo do tempo, estes nativos levaram a fama de rebeldes e indomáveis, tendo em vista que apesar de terem aceitado algumas vezes o tratado de paz, estes eram inconstantes e conforme os núcleos coloniais avançavam em suas terras, estes também se mostravam insatisfeitos e novamente voltavam aos ofícios de guerra contra os colonizadores.

Muitas outras ocorrências de conflitos são citadas no decorrer do século XVIII, e o efeito do estrago causado pela resistência indígena atingia desde o cotidiano do colono até à produção, impossibilitava o avanço colonial e suas pretensões ambiciosas se viam ameaçadas diante dos nativos que não aceitavam a dominação.

Para encerrar este capítulo falando de resistência indígena no século XVIII, analisamos a atuação dos índios da nação Mura da região do rio Madeira que também foram grandes inimigos dos colonizadores portugueses. De acordo com Santos (2002), esses nativos aterrorizavam as tropas militares portuguesas, tendo em vista que saqueavam as caravelas que entravam nesse rio ou em seus afluentes na busca de produtos regionais, e por diversas vezes, em razão de sua belicosidade fizeram as tropas militares e missionárias mudar de cidade.

Os Muras começaram a se expandir territorialmente entre os anos de 1723 e 1725, e foi durante esse processo de expansão que se depararam com os colonizadores com os quais viveram em guerra durante todo o século XVIII. Assim como as demais etnias existentes na Amazônia ou em outras áreas da América portuguesa, os nativos Muras lutavam em defesa de seu território e acabaram sendo vítimas de uma “devassa²⁰” nos anos de 1738 e 1739, que acabou declarando guerra justa aos nativos.

Os índios Muras apareceram para os colonizadores portugueses da Amazônia no início do século XVIII. Os primeiros registros são de 1714 na “Carta do Padre Bartolomeu Rodrigues ao padre Jacinto de Carvalho”[...] Ficaram conhecidos pela violenta belicosidade com que reagiram à colonização durante todo o século XVIII, continuando, inclusive, até as proximidades de meados do século XIX [...] Sua expansão territorial, a partir do rio Madeira, estendeu-se da fronteira do Peru até o rio Trombetas, no atual estado do Pará (SANTOS, 2002, p.67-68).

A resistência dos indígenas era sempre vista de forma ameaçadora no que diz respeito à soberania dos conquistadores, por isso era tão necessário tornar os “gentios” passivos e submissos, e quando este resultado não era alcançado a guerra ofensiva entrava em vigor para combater os nativos. Observamos que no que diz respeito à densidade demográfica, os

²⁰ A palavra “devassa” nos tempos coloniais significava sindicância para apurar um ato criminoso (BARSA, Dicionário Eletrônico de Língua Portuguesa).

indígenas da etnia Mura percorreram uma vasta área que se estendeu do rio Madeira até as fronteiras do Peru, era uma nação numerosa e atacava uma ampla área da região amazônica sempre de forma violenta.

Vale destacar que essa maneira violenta era uma forma de se preservar dos ataques perpetrados contra as comunidades indígenas, já que os colonizadores atacavam de maneira totalmente cruel e desumana e na maioria das vezes eram até mais violentos do que os próprios indígenas, em relação a esses embates violentos, Souza (2009) afirma que apenas um ponto era comum entre índios e brancos: “a violência com que atacavam ou se defendiam”, conforme citado anteriormente.

Vivendo na escuridão dos bosques – mais que uma imagem geográfico-descritiva, uma imagem cristã da ausência de Deus –, os Mura encarnavam a barbárie e representavam uma forte barreira à chegada da civilização na região do rio Madeira, pois a extensão de seu território coincidia com o espaço de extração das chamadas drogas do sertão – atividade sensivelmente prejudicada pela repulsa daqueles índios aos que se aventurassem na região (CALDAS, 2012, p. 224).

Podemos inferir que Caldas acabou buscando recursos clássicos para descrever a saga trajetória desta etnia durante a expansão colonial, visto que este relata claramente as manobras utilizadas pelos nativos diante do avanço da colonização portuguesa, manobras estas que por sua vez acabavam impedindo o europeu de avançar e explorar os territórios habitados por esta etnia. Ao longo de quase todo o século XVIII, os Muras continuaram suas guerras contra os portugueses que, em contrapartida, também declarou guerra de extermínio a estes indígenas.

De acordo com Santos, esse confronto entre estes indígenas e os colonizadores portugueses se deve a dois fatos importantes, como veremos na citação abaixo:

Essas situações podem ser creditadas a dois fatores imediatos: a expansão territorial Mura, que naquela conjuntura estava acontecendo, a ação do Estado português na região. Portugal iniciava uma intensiva atuação com o propósito de viabilizar a comunicação interna entre as capitanias do Mato Grosso, Pará e São José do Rio Negro. Isso envolveu necessariamente a calha do rio Madeira, “homeland” inicial dos Muras. Portugal tinha também que efetuar as demarcações dos limites com a Espanha, em litígio há muito tempo, e a política de lusitanização da Amazônia regulamentada pelo Diretório de 1757 (SANTOS, 2002, p.66).

Os colonizadores portugueses expandiam seus negócios em todas as fronteiras que se ligavam a região amazônica, seja através das demarcações ou das explorações, certo é que a conquista do território culminou na luta pela terra, virou uma arena de conflitos e de guerras estabelecidos contra os indígenas para a obtenção das riquezas existentes no espaço a ser conquistado.

Em contrapartida, os indígenas da etnia Mura também seguiam o caminho expansionista e também se fixaram em grandes extensões de terras e desafiavam as ordens coloniais, a qual resistiam as pressões das políticas coloniais e foram acusados pelo não desenvolvimento das colônias.

Sua presença e belicosidade eram tão temidas que expulsavam os núcleos coloniais para outros lugares fora do alcance desses nativos. Santos (2002, p. 86) afirma que em uma determinada época que não sabemos informar, os índios Mura pediram paz aos dirigentes dos núcleos e passaram a viver em aldeamentos, entretanto, essa rendição não seria para sempre, tendo em vista que estes “voltaram a atacar e a matar os colonos [...] a resistência Mura crescia: já em 1819, voltaram a dificultar as comunicações fluviais entre o Pará e o Mato Grosso”.

Neste contexto de invasão territorial e resistência indígena, dois mundos se cruzaram como em tantos outros momentos da história colonial, ambos dispostos a lutar pela posse e pelo domínio das terras amazônicas. Os europeus se arrogavam do direito de invadir e expulsar os nativos de seu habitat das formas mais horrendas possíveis, promoviam guerras em nome de Deus, faziam guerras de extermínios as quais eram chamadas de “guerras justas”, tudo isso como uma forma para subjugar as populações nativas.

Além de todas essas guerras, os indígenas também foram submetidos ao sistema punitivo das tropas de resgates, que ficaram marcadas pelo remanejamento dos índios de suas aldeias para aldeamentos próximos aos acampamentos europeus, onde eram escravizados por longos anos como se fossem criminosos em cumprimento de sentenças.

Durante séculos, as comunidades indígenas foram exploradas de diversas formas, e esses fatos contribuíram para a revolta das populações indígenas que passaram a se recusar a servir como mão de obra para o invasor e, assim, passaram a resistir a colonização europeia de muitas formas. As fugas eram diárias, as invasões e assaltos aos núcleos coloniais, o assassinato de europeus e indígenas aliados ao homem branco. Todas essas reações surgiram na tentativa de evitar o avanço colonial em terras indígenas e também como arma para manter suas liberdades e salvar suas vidas.

Os indígenas da etnia Manau, assim como os Muras que protagonizaram “terríveis” lutas contra os europeus, buscavam apenas viver em liberdade e impedir que a região amazônica fosse invadida e dominada pelos europeus, entretanto, estes foram vistos como rebeldes e belicosos, e por isso precisavam ser exterminados, já que estavam impedindo o avanço colonial na floresta Amazônica.

Neste ponto, a guerra ao indígena era considerada justa quando ele atacava ou roubava o colono ou quando ele se recusava a auxiliar o português na luta contra outros grupos tribais e a defender as suas vidas e fazendas, ou até mesmo quando se opunha ao cristianismo, impedindo a pregação do Evangelho e quando se aliava os inimigos da Coroa. Em todos estes casos as guerras promovidas pelos nativos eram vistas como um ato de selvageria, entretanto, quando era ao contrário, ou seja, quando o invasor declarava guerra aos indígenas, esta era vista como justa porque tinha o caráter de punir os “insultos” cometidos aos invasores.

Deste modo, este capítulo buscou mostrar o avanço do processo de colonização na região Amazônica pelos europeus e, para isso, enveredamos pela experiência colonial portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a análise deste trabalho, percebemos que o violento domínio europeu sobre as comunidades indígenas da Amazônia provocou grandes transformações na vida desses nativos, que antes da chegada do colonizador europeu, possuíam uma forma de vida bem diversificada. E apesar das existências das guerras intertribais, estes viviam de acordo com suas vontades e tradições. Entretanto, quando as terras foram invadidas e “conquistadas”, e os próprios conquistadores se achavam donos de todas as terras existentes neste continente, coube aos nativos séculos de escravidão e lutas para não se submeter aos desmandos daqueles que se achavam superiores e donos de tudo.

A partir da chegada dos europeus, as milhares de comunidades indígenas que existiam nestas terras, grande parte foi obrigada a realizar trabalhos forçados para que o processo de ocupação desse território fosse implantado com sucesso, mas para isso era necessário o uso da força nativa para o desenvolvimento da colonização e, apesar da força de trabalho dos nativos serem uma peça principal na conquista territorial, nem por isso eles foram poupados dos trabalhos compulsórios e dos mais terríveis castigos que lhes eram impostos por qualquer que fossem os motivos. Posto que os indígenas não foram vistos como seres humanos pelos colonizadores em virtude de suas divergências culturais.

Em decorrência do avanço da expansão colonial promovida por aqueles que se diziam “conquistadores”, que vinham em busca de novas fontes de riquezas em terras já habitadas, é que as etnias da Amazônia são atingidas nas suas liberdades e direitos à autonomia e à posse de suas terras, é a partir desse avanço da colonização que os indígenas foram impactados com as implantações de mudanças e medidas a respeito de sua liberdade. Diante disso, diversas foram as formas e tentativas de submissão impostas pelo homem ocidental para dominar não somente o território, mas principalmente seus habitantes, que sobe a ótica colonial, insistiam em ficar no meio do progresso e se tornaram um obstáculo para os colonizadores.

Foi possível observar ao longo desta pesquisa, as estratégias dos colonizadores para adquirir mão de obra indígena para a execução de todos os tipos de trabalhos (extração de madeira, adquirir alimentos, guardar fronteiras, construção de fortes e assentamentos de núcleos coloniais, desbravar as matas para a construção de vilarejos, cultivar a terra através da agricultura etc), as guerras justas, os descimentos, os aldeamentos, a conversão ao cristianismo e outros, tudo elaborado pelas políticas coloniais como tentativa de dominar e escravizar os nativos.

Em contrapartida, as comunidades indígenas começaram a reagir a tudo isso, e como símbolos de resistência, os ataques por parte dos indígenas passaram a ser frequentes, em defesa de suas vidas, em defesa de suas terras, contra as doutrinas aplicadas pelos missionários, contra as políticas indigenistas que só beneficiavam os próprios colonizadores.

Os indígenas sabotavam os trabalhos, invadiam os núcleos coloniais e libertavam prisioneiros, roubavam os vilarejos, se recusavam a ir para as lavouras na qual executavam longas horas de trabalhos compulsório, todas essas lutas e relutâncias contra o invasor tinha o intuito de combater os planos de avanço colonial. E, apesar de todo um contexto de exclusão ao qual esses povos foram expostos, o processo de resistência que os nativos organizaram contra a imposição da colonização demonstra claramente a capacidade de organização dos nativos em defesa de seu território.

Deste modo, a ocupação e a colonização da América portuguesa basearam-se praticamente na escravidão dos indígenas em virtude da busca e do recrutamento da mão de obra que era essencial para a ocupação da região. Os europeus, conforme já citamos, utilizaram estratégias vigentes de dominação, fazendo com que etnias inteiras fossem exterminadas, principalmente aquelas que residiam às margens dos rios. Diante disso, consideramos as lutas das comunidades indígenas na história, não como mera ação, mas sim como resistência cultural alicerçada em parâmetros significativos para as populações nativas.

Portanto, esta pesquisa foi de grande importância para mim enquanto pesquisador, e como futuro educador, pois traz uma reflexão sobre o processo de colonização e sobre o passado histórico de lutas e resistência dos povos indígenas, principalmente da região amazônica, que na maioria das vezes aparecem na história como vilões bárbaros e belicosos, mas quase nunca são vistos como agente de sua própria história. Esta pesquisa contribui para o meu crescimento pessoal, intelectual e para minha formação, pois me possibilitou conhecer um pouco sobre o passado de grandes lutas dos povos indígenas. Por isso, sugerimos aos novos acadêmicos que iniciem outros trabalhos a respeito das etnias da Amazônia, tanto no que diz respeito às resistências como também daquelas que tratam das memórias culturais desses nativos.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CALDAS, Yurgel Pantoja. —A ficção que vence a História: O Mura de Muhuraída. In: LEÃO, Allison. (Org.). *Amazônia: Literatura e Cultura*. Manaus: UEA Edições, 2012.
- CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão* - São Paulo: Editora Nacional, 1988.
- COSTA, Antônio Albuquerque da; FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. *Formação Territorial do Brasil* – Campina Grande: Ed.UEP, 2009.
- COSTA, Veronica Prudente. _____. *Muraida: a tradição literária de viagens em questão*. Tese de Doutorado em Letras Vernáculas - Literatura Portuguesa. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, Edusp, 1996.
- FERNANDES, Fernando Roque. *O teatro da guerra: índios principais na conquista do Maranhão*, 2015.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial* – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.
- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2 ed. Manaus: Valer, 2007.
- MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. *HISTÓRIAS INTERCRUZADAS: Projetos, ações e práticas indígenas e indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889)*.
- MARCHANT, Alexander – *Do escambo à escravidão*. As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580. (1ªed:1943) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*. Rio de Janeiro, 2007.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Escravidão indígena: O trabalho escravo e legal na Amazônia*. Manaus: ed. Universidade Federal do Amazonas, EDUA, 2010.
- NEVES, Auricléa Oliveira das Neves. *A Amazônia na visão dos viajantes dos séculos XVI e XVII: percurso e discurso*. Manaus: Valer, 2011.
- PINHEIRO, Luíz Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem – uma revolta popular e suas representações na historiografia*. / Manaus: editora valer, 2001.

- PORRO, Antônio, 1940 – *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. RJ: Vozes, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRIORE, Mary del; GOMES, Flávio dos Santos. *Os senhores dos rios*. – Rio de Janeiro: Elsevier, (Organizadores), 2003.
- PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. “Poder e Poderes”. In: *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.
- REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira: a definição das fronteiras*, 2006.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. 2.ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.
- _____. *NOS CONFINS OCIDENTAIS DA AMAZÔNIA PORTUGUESA: Mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*, 2012.
- SOUZA, Alcindo Muniz de. *História da América* (5ªed.exemplar nº 53060), São Paulo, companhia Editora Nacional, 1952.
- SOUZA, Telma Mirian Moreira de. *Entre a Cruz e o trabalho – Exploração da mão-de-obra indígena no sul da Bahia (1845-1875)*, 2007.
- SOUZA, Márcio. *Histórias da Amazônia*. – Manaus: ed.Valer, 2009.
- SOUZA, A expressão Amazonense – *do colonialismo ao neocolonialismo*. – Manaus: ed. Valer, 2010.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia* – 1ª ed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do Outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. *Amazônia em cadernos*, n.6, jan./dez, 2000 Manaus: editora da Universidade do Amazonas, 2001.
- WACHTEL, Nathan. *Os índios e a Conquista Espanhola*. In: *História da América Latina*, 2008.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C.M: *Formação do Brasil colonial / 2 ed.* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VALADÃO, Virgínia Marcos e Gilberto. *Senhores destas terras: os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias*. São Paulo, 1991.

VIANA, Larissa; SANTOS, Lincoln Marques dos. *História da América I. v. 1*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010, (p.19).